



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 62

Sessão Ordinária Junho

2.º Reunião em 05/07/2021

Aos cinco dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, segunda reunião da sessão ordinária, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, João Bastos de Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Mário Júlio Maia Mostardinha, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Carlos Alberto Martins Nunes, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto da Cruz Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão, faltaram os Vogais Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão e Pedro Machado Pires da Rosa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, os Vereadores João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho e Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Marília Fernanda Correia Martins, Virgínia Maria Melo Matos, e Rita Alexandra Monteiro Batista, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Eduardo Gonçalo Silva Antunes e João Miguel Moniz Laranjeira Silva.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Andreia Patricia Pereira da Fonseca, pediram escusa.⁰⁰²

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da sessão, respectivamente por, João Bastos Figueiredo, Mário Júlio Maia Mostardinha, Daniela Carla Sousa Pinto, e Carlos Alberto Martins Nunes.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu nota dos restantes pontos da “*Ordem-do-Dia*” constantes da convocatória da Sessão Ordinária de Junho:

Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2020 do Município de Aveiro;

Ponto 4 – Informação sobre a Atividade Municipal de 13ABR21 a 21JUN21;

Ponto 5 - Apreciação e votação da Moção: Pela construção de habitação pública no concelho de Aveiro.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2020 do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/06/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Senhor Presidente boa noite. Boa noite a todos e a todas. De uma forma muito sumária, este é um documento que nós quisemos que começasse a ser normal, cumprindo a lei que determina que este relatório deve ser elaborado de 3 em 3 anos para fazer exatamente esse ponto de situação do ordenamento e gestão do nosso território municipal. Sendo que este respeita ao ano passado.

Mas a grande referência é o ano de 2019, porque culminámos no ano 2019 a nossa revisão do nosso PDM que incluiu também, como sabemos, uma revisão profunda de toda a nossa a estrutura de planeamento, digamos assim. E, portanto, abriu-se por aí uma página nova na gestão do nosso município nesta matéria.

Portanto, o relatório, obviamente, enfim, como qualquer relatório é eminentemente técnico. Embora tem uma factualidade que é o que é. E, portanto, já se faz nota embora muito breve, dos impactos da vigência do Plano Diretor Municipal novo, nesta mesma ordem jurídica, mas, obviamente é um ano apenas, embora, enfim, há referências tão importantes quando por exemplo no que respeita ao Plano de Investimentos que está previsto no nosso PDM, que já leva o nível de execução em termos de desenvolvimento formal e físico muito relevante ao final do seu do seu primeiro ano de vida formal.

Portanto é este o quadro em que vivemos. Um quadro positivo, muito positivo. Embora, obviamente, será muito importante fazer este trabalho e monitorizá-lo na próxima

oportunidade, portanto no fechar do ano de 2023. Mas, enfim, queremos anotar como conclusão principal esta nova ordem jurídica, este novo conjunto de instrumentos que activámos e que, no fundo, marca as mudanças que se materializaram nestes últimos 3 anos a este nível e, portanto, enfim, obviamente que estaremos ao dispor para qualquer questão que a Assembleia coloque dado que esta matéria é da responsabilidade formal, em termos de apreciação e de votação do relatório, da Assembleia Municipal e portanto estarei ao dispor para as questões que entenderem por bem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

"Boa noite a todos. Algumas notas apenas. Tecnicamente não temos assim nada a dizer, ainda assim é um documento extenso que nos merece toda a atenção na sua análise. A primeira nota é em relação à pouca participação pública que o documento teve. Ele devia ser objecto de uma boa participação, portanto lamentamos, obviamente que não podemos assacar responsabilidades a ninguém, mas lamentamos que não tenha tido assim grande participação pública.

Em relação à população, à análise populacional, nós queremos aqui salientar a questão do envelhecimento. É uma coisa que nós temos reincidido ao nível do alerta. Estamos com uma população mais envelhecida e temos chamado de forma reiterada a atenção para o envelhecimento nas zonas mais rurais do concelho. Não tanto em termos do número global de população, porque esse até nem tem tido grandes oscilações durante esta última década, mas, na verdade, existe uma dificuldade em fixar população jovem na parte mais rural do concelho e, obviamente que os maiores de 65 anos estão a subir e nota-se que essa situação deve ser obviamente cuidada e tem que ser revertida essa tendência.

Em relação à habitação notamos e que foi aqui explanado muitas das preocupações que têm sido suscitados neste fórum e também está explanado neste relatório. É curioso, porque devia aqui também ter, presumo, alguns tópicos de melhoria. Mas a questão da dificuldade de arrendamento, com rendas acessíveis para os jovens, está aqui esplanada. Não concordamos tanto com esta premissa de que o problema não está na existência de habitação, mas sim num problema financeiro das famílias que não têm capacidade de aceder a essa habitação! Enfim, podemos ter essas duas leituras, obviamente. Agora num concelho em que a habitação do segmento alto está a crescer exponencialmente e não há de facto uma oferta para rendas mais acessíveis para os nossos jovens e para as nossas famílias que tendem a começar uma vida agora, obviamente que isso, enfim, há uma dupla análise, mas não é tão linear assim.

Ficamos preocupados, embora estes dados sejam de 2017, não sei se essas famílias se mantêm ou não, mas estas sete famílias em acampamentos clandestinos é curioso que todas sejam em São Bernardo!? Não percebemos muito bem este indicador, não sei se continua assim e se essas famílias continuam nessa condição e serem todas em São Bernardo. Enfim, há ali um acampamento por exemplo perto do Matadouro, eu classificaria aquilo como acampamento, não sei se são barracas, agora até vai haver ali uma construção, não sei se está licenciada, mas presumo que não, portanto, era interessante que houvesse um maior aprofundamento no sentido da descrição e da explicação de como é que estas famílias continuam aqui a residir nestas condições.

Em relação ao Ambiente. Eu não tenho muito tempo, tenho 2 minutos e 49, não vou explanar tudo o que tinha para dizer sobre isso. Em relação à Pateira de Fermentelos o texto parece mais vocacionado para a preocupação dos jacintos de água do que propriamente os esgotos e efluentes orgânicos e todas descargas ilegais que nela tem ocorrido.

É muito estranho que este texto não foque a necessidade de haver uma maior fiscalização em relação a esta matéria. As alterações climáticas o texto é muito pobre. Na verdade o texto colide um pouco com aquilo que nós vamos constatando com o posicionamento da autarquia em relação esta esta matéria. E por aqui me fico, mas, enfim, estruturalmente parece-me uma peça interessante de trabalho, mas há aqui algumas zonas muito deficitárias. Muito obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [008](#)

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara e Vereadores e todos os demais presentes. Eu de facto aviso já que vou aqui repetir muitas coisas que o deputado Rui Alvarenga disse, mas são de facto algumas das preocupações centrais que mais ressalta da análise deste relatório.

Começaria por dizer que este relatório é um documento interessantíssimo e é de facto um documento de grande importância para a compreensão daquilo (não explicando tudo, naturalmente) que é o município de Aveiro e para o estabelecimento de políticas que naturalmente variaram consoante as opções ideológicas, mas para o estabelecimento de políticas sobre o nosso município de forma segura.

Mas a forma do documento, chama-nos atenção uma preocupação que é o facto de grande parte dos dados aqui presentes, terem uma desatualização muitíssimo grande. Ou seja, há dados, naturalmente não se discute a sua veracidade, mas há dados que hoje em dia tem uma desatualização muito profunda. Estamos em 2021 e temos de apreciar dados tão longínquos dos anos 2011 e 2013. Eu creio que este é um momento, naturalmente admito que não seja imputável à Câmara, mas outros organismos deviam ter feito a actualização destes dados, e que seguramente acabam por prejudicar a análise do relatório.

Segundo elemento relevantíssimo. Este relatório em larga medida, portanto, omite, aquilo que foi de facto a pandemia COVID-19. E, portanto, há um conjunto muitíssimo significativo de transformações sócio-económicas no município que este documento, na sua redação não explora, não prevê, não adianta qualquer dado. Portanto estes são os handicaps que se reportam e que facilmente se constata. De resto, da nossa parte, há aqui 3 ou 4 aspetos que nos parecem importantes destacar.

Um primeiro, portanto, tem a ver com aquilo que foi muito sensível que é uma ligeira quebra demográfica no município entre 2011 e 2018. A confirmar-se o ponto de situação agora, os Censos estão feitos ou está a acabar, portanto, este é um dado que importa acompanhar, porque este facto não estará desligado daquele que é provavelmente um dos grandes daquele que é seguramente um dos grandes problemas do município atualmente que é, naturalmente, a crise da habitação em Aveiro, a par também, naturalmente, do envelhecimento da população.

Sobre este aspeto é muito importante frisar este elemento central que é o envelhecimento da população. Com esta perspetiva, é que o envelhecimento da população, além das consequências demográficas, tem do ponto de vista social, no presente e seguramente no futuro, graves implicações naquilo que é a dinâmica da vida do município em todas as suas vertentes.

De resto, e indo para o aspeto essencial, que é portanto a situação do mercado de habitação e do imobiliário. O documento é muito claro e, não obstante a eventual desatualização de alguns dados, é claríssimo, portanto, a desadequação entre aquilo que são os preços, e o acesso à habitação e aquilo que é portanto a capacidade das famílias e sublinho das famílias, porque este não problema que se reduz apenas aos jovens, naquilo que são, portanto, a capacidade de aquisição e de arrendamento de habitação. Este é um aspeto importante e também o facto lá reportado de existirem tantos pedidos de habitação

ativos no município de 384. É o que está lá referido. Admito que os números sejam um pouco diferentes. Assim como as 232 famílias em habitação degradada, barracas, acampamentos e áreas de risco. Simultaneamente verifica-se, portanto, um aumento do número de pessoas em vulnerabilidade habitacional. Eu diria que não é só habitacional, são muitas outras, esta é apenas mais uma consequência de vulnerabilidade, portanto, social que percorre município de Aveiro.

Outro dado ainda importante, que não sendo novidade nem surpresa para ninguém, a prevalência de tantas PME no tecido social de Aveiro, da economia aveirense. Este é um dado importante, na exata medida em que este é um setor particularmente afetado por aquilo que são em larga medida os efeitos da pandemia COVID-19, portanto este é um aspeto que cumpre acompanhar. E acompanhar com medidas e não apenas com meras palavras.

A par também de um aumento, daquilo que é a importância do sector do turismo no município de Aveiro. Portanto tudo isto acaba por de alguma forma se cruzar e percebe-se, uma trajetória do município perigosa, muito perigosa, e o futuro dirá se se resolve.

De resto, sublinhava uma outra nota concluindo com ela, portanto que está presente no relatório, que é a subexploração, portanto daquilo que são as potencialidades da Ria, não só do ponto de vista turístico, mas também produtivo, recreativo e desportivo. Tenho dito."

Vogal Eduardo Antunes (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

"Muito boa noite Senhor presidente da Assembleia, boa noite a todos os restantes membros desta assembleia. Boa noite, obviamente a todo o público presente aqui e que está a ver a transmissão online.

Sobre este relatório, como já foi dito, de facto o relatório é interessante. Foi uma palavra que acho mesmo pertinente para descrever este relatório e até nos surpreende, até certo ponto. Porque durante anos o Bloco de Esquerda cá em Aveiro alertou e alertou e alertou para que havia problemas de habitação no município para famílias em situação de pobreza, que o problema estava também a chegar à classe média e jovens com qualificações e que era necessário dar resposta a estes problemas sobre um dos pilares fundamentais da existência, obviamente, da vida digna das pessoas. Por mais vezes que o Bloco relatava e alertava sobre isto este executivo de direita procurava fazer chacota desta ideia. Procurava negligenciar que a habitação em Aveiro fosse um problema, quase dizendo que era um mito do Bloco de Esquerda e que o Bloco de Esquerda não conhece a realidade.

O Bloco de Esquerda até lançou a discussão sobre habitação a custos controlados, projetado para os terrenos da antiga Luzostela e finalmente aí o Senhor Presidente da Câmara, Ribau Esteves, começaram a falar de habitação sem dizerem sempre que o mercado estava a regular a situação porque era o chavão utilizado até então. Por isso saudamos que este documento não o faça, saudamos que este relatório de ordenamento do território tenha coisas que para nós são por demais evidentes, e que parece que para esta maioria de direita estavam a ser negadas pelo menos até agora. Por isso saudamos de facto esse bom sinal.

Saudamos apesar de faltarem também algumas coisas que achamos importantes, por exemplo, no que toca ao plano municipal de ação de adaptação às alterações climáticas e fala-se disso na página 63, esse Plano deveria estar concluído segundo este relatório no primeiro trimestre de 2021. Não foi assim! Aliás, sei que há poucos dias saiu a notícia da aprovação deste mesmo Plano. Eu pessoalmente não consegui consultar e acho que não deve ter sido o único. No site da câmara há uma notícia sobre esta aprovação e supostamente a hiperligação para este Plano a hiperligação diz página não encontrada.

Portanto eu não consegui consultar o documento, certamente que gostaria de ouvir resposta sobre isso e se será solucionado rapidamente, acredito.

Obviamente estamos a falar do município Aveiro, integrado numa das regiões que será mais severamente afetada pelas alterações climáticas e espero que todos saibamos, daqui a poucos anos teremos mais de 7.000 pessoas a viver em área inundável e com infraestruturas essenciais em risco.

A Câmara também não tem uma estratégia local de habitação. Apesar de ter anunciado recentemente de que será feita. Também gostávamos de saber se havia novidades sobre isto mesmo. Sem isso, a Câmara não se pode candidatar a programas estatais para habitação, como, por exemplo, o "primeiro direito" que há poucas semanas atribuiu 10 milhões de euros à Câmara de Vagos, por exemplo, para investimento em habitação. Mas pronto, acredito na sua palavra, mas obviamente sem essa estratégia local de habitação, não poderá candidatar-se aos fundos da chamada bazuca europeia no que toca à habitação.

Sobre o que está no relatório e não que não está. Há inúmeras passagens que tem informações sobre o problema da habitação em Aveiro, algumas mesmo não concordemos a 100% parecem ser bons indicadores. E cito algumas coisas, como por exemplo quando fala da inadequação dos encargos mensais que lhes estão associados, isto sobre a habitação, face aos rendimentos das famílias, constatando-se inflação dos valores de arrendamento no mercado regular. Por exemplo o que se encarava como um problema apenas dos segmentos da população mais desfavorecidos, em que se observavam vários ciclos geracionais de pobreza, hoje reflete-se como um novo paradigma, a abrangência agora de uma população mais heterogénea, de maior qualificação, integrando famílias jovens com parcas condições para se autonomizarem e famílias que tinham uma situação económica aparentemente estável. Nós concordamos, concordamos com este diagnóstico. Há falta de habitação para a classe média. É importante que este diagnóstico seja feito. Mas há também falta de habitação para as famílias carenciadas.

Já se falou anteriormente sobre isto e o indicador é o facto de existirem neste momento, segundo o relatório, 578 fogos de habitação social em Aveiro e existirem também 384 pedidos ativos para essa habitação social. Mais de metade do número de fogos que temos neste momento.

Diria eu que, nesse número, há certamente casos de famílias que não estão contabilizadas por um conjunto enorme de razões que poderíamos estar aqui a discutir, pelo o facto de não terem efetuado esse pedido até agora. E, portanto, parece-nos claro, com todos estes indicadores, todas estas passagens, todos estes números, está demonstrada a necessidade de habitação social e também de habitação pública não social.

Dito tudo isto, então, nós concordamos com este diagnóstico, como disse, e saudamos mais uma vez, mas parece-nos também insuficiente no que toca a procurar soluções. Por exemplo o relatório faz o levantamento dos imóveis em situação precária com famílias alojadas do qual foram identificadas 232 famílias residentes em habitações com as características referenciadas no gráfico x, e 112 famílias em conjuntos urbanos consolidados degradados, 43 em barracas e construções precárias, 7 em acampamentos clandestinos e 2 em áreas de risco. Isto obviamente que é importante identificar. Mas é muito mais importante solucionar os problemas destas famílias. E gostávamos de saber se o Senhor Presidente da Câmara tem novidades sobre isto? Se os dados são totalmente atualizados ou não. E se há uma solução concreta que esteja a ser procurada para esta multiplicidade de casos destas famílias que não podem ser deixadas a viver nas condições sem dignidade em questão.

O relatório faz então um diagnóstico que estas políticas de habitação falharam, criou inúmeros problemas que precisam de respostas e o próprio relatório diz que as políticas de habitação deste executivo falharam. Por mais que se defenda um novo máximo do capitalismo que agora parecem deixar de que o mercado regula. Não, não se regula. Não,

não dá resposta às necessidades reais e, por isso, saudamos que finalmente o reconheçam. É bom ver que trazem este documento com este relatório em que se parece aceitar os terríveis erros que este executivo tem feito por encima dos outros no que toca à habitação. E veremos se com isto haverá alguma mudança real concretizada ou se foram apenas palavras que achamos interessantes. Fogo-de-vista talvez, sem concretização na prática, porque, se assim for, não se entende que exista essa dualidade. Obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

"Obrigada Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Este relatório que estamos a analisar, de certa forma, é a fotografia do concelho em 2020, o qual compara com o anterior relatório de 2015. E onde se verifica que aquilo que efetivamente vai fazer a mudança é o PDM que foi aprovado em 2019.

O próximo relatório (REOT), já vai contar com os dados dos Censos 2021. E a análise desse REOT 2023, será essa sim verdadeiramente importante, porque vai incorporar não só os dados dos Censos atualizados, como também já os reflexos do PDM que entretanto foi aprovado e está em vigor e que em 2023 já será muito mais claro naquilo que está a acontecer.

Depois também e sumariamente a palavra já foi aqui referido, para a ausência de participação pública. Nós temos aqui em Aveiro nas nossas redes sociais muitos planeadores de Facebook. Agora, quando temos documentos oficiais que apelam à participação pública, como às vezes o Senhor Presidente da Câmara diz, cadé!? Desapareceram, não se sabe deles, não têm opinião e é lamentável. Porque era bom que essas pessoas se são contentes, aproveitem estas ocasiões em que se apela à participação pública, para participarem e não andem para aí a inventar participações que lhes agradam e que para as quais não é necessária a sua participação. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

"Boa noite Senhor Presidente, Senhoras membros da mesa, Senhor Presidente da Câmara, membros do executivo, e boa noite ao público aqui e em casa.

Há de facto, o REOT é uma radiografia e o que esta radiografia nos traz é preocupante. Eu estou de acordo que em 2023 teremos outra fotografia, que já incluirá o PDM de 2019, mas a questão é que temos que olhar para este também.

E eu digo que o relatório é preocupante. Ok, uma nota, a participação pública. A participação pública tem que ser olhada com algum interesse (eu penso) por quem a promove. O que é que eu quero dizer com isto? Não basta dizer às pessoas que participem. Se nós acreditamos que a participação pode produzir resultados melhores. Eu acho que temos que fazer mais do que dizer que está em audição pública. As pessoas que acarinhos a participação pública acham que este tipo de participação pública não é a que interessa ao exercício, que não seja cívico, da participação pública. E essa é uma opinião.

Outra questão é o relatório. O relatório é preocupante e é preocupante porque ele é pouco operativo ou incapaz, não só de enquadrar e modificar algumas tendências negativas passadas, como preparar um futuro melhor para Aveiro. E por isso ele é uma radiografia do que decorreu na última década.

Eu vou limitar a minha análise a três pontos. Um deles tem a ver com a habitação. Parecendo uma repassagem, quando este executivo chegou ao exercício em 2011 e, por isso, os dados de 2011 não são para ignorar, 2 anos antes havia 5.000 fogos (habitações) vagos em Aveiro. Dos quais 1000 para venda e destes 500 na cidade. Ou seja, genericamente, havia 4.000 fogos vagos na cidade e nas freguesias daquilo que nós

chamamos cidade nascente e alguém quer chamar outra coisa qualquer. E de acordo também com a projeção demográfica que está no próprio REOT e não considerada a mais equilibrada, a população poderá crescer até 3.000 habitantes até ao ano 2031.

E como nós sabemos, pelos dados do próprio REOT 3.000 pessoas, considerando o tamanho médio das famílias, cabem em 1.200 fogos. Pelo menos são os números que estão previstos na dita projeção demográfica. Ora, então caberiam, nada mais nada menos, num terço dos 4.000 fogos vagos.

E a Câmara pelos vistos não se mostrou muito preocupada com isto antes e voltou a não se manifestar muito preocupada com isto agora em 2019, quando revisou o PDM.

Porque tudo aconselhava a que estes fogos pudessem ser enquadrados devidamente e áreas de reabilitação urbana, em ARUs ou ORUs e que isso fosse uma forma de os mobilizar, quer para o mercado de arrendamento, quer para a oferta normal de habitação, visto que era isso que permitiria que as pessoas, os proprietários, os pequenos proprietários tivessem acesso, a apoios e incentivos financeiros à reabilitação.

O segundo ponto tem a ver com o crescimento urbano. Às tantas, no mapa da página 120 faz-se uma análise da dinâmica urbanística que é baseada em licenças de construção, obviamente algumas podem não se não refletir, não serem obras exatamente, mas foi uma opção mostrar que existe uma grande dinâmica de construção para lá da N109, que inclusivamente foi referida pelo Senhor Presidente como qualquer coisa "desenganem-se, porque o que está a acontecer, não tem nada a ver que vocês gostariam que fosse"!

Ora, nós não gostaríamos nada. O que acontece é que tudo isto acontece com um calcanhar de Aquiles, que é este crescimento ser feito essencialmente baseado na utilização quase em exclusivo da mobilidade individual.

E estes 2 problemas juntam-se e têm em comum, uma coisa que é a oferta de transporte público em emagrecimento no município, pago ou subjugado essencialmente pelas verbas do Estado Central associado ao transporte escolar, sem qualquer preocupação de servir as pessoas dispersas no território. As que já lá estão e as que procuram a Cidade Nascente para viver.

Ou seja, até os fogos vagos de que falei no primeiro ponto (que estão dispersos pelo município) são mais difíceis mobilizar e menos apelativos para todos, se aqueles que têm menos recursos e aqueles que têm mais problemas com mobilidade individual, não tiverem as oportunidades devidas. Ou seja, os estudantes, os jovens com contratos precários, imigrantes recentes.

Por outro lado, o crescimento que se assistiu, acentua a dependência do automóvel e agrava as diferenças. E é uma questão de justiça social entre os que usam o transporte público e os que estão cativos do transporte coletivo e nós sabemos que são alguns. E que quanto mais nós é a viagem, mais cativos estão alguns.

O terceiro ponto é como é que isto, como é que este relatório nos prepara para o futuro. Diz-nos o REOT na página 75 que a Câmara está alinhada com os objetivos da Energia e do Clima para o horizonte 2030 e que, por isso, até assinou o pacto dos autarcas para o clima. Também se diz que a Câmara está preparar um plano municipal de ação e de adaptação às alterações climáticas, que foi anunciado para 2020, mas que é um plano que é tão importante para a comunidade (já nem vou discutir se já o vimos ou não), ninguém o discutiu como comunidade, O clima deve-se resolver de uma forma qualquer que nós não vislumbramos. E o ponto sobre este plano é que a Câmara, de facto, não parece querer genuinamente este plano. O que a Câmara quer é, a Câmara precisa do plano e precisa do plano para dizer apenas que tem, como tem feito com outros, para fazer marketing. Aliás, isto vai no mesmo sentido do slogan adoptado "we are green". Ou seja, somos verdes. Mas dizer que somos verdes, pode servir como soundbytes ou para fazer um "vistaço" como se diria, mas não melhora os resultados como procurei mostrar.

E quando olhamos para aquilo que o meu colega Alvarenga disse, quando olhamos para as questões ligadas às alterações climáticas, elas são de facto apenas indicativas e pobres. Um sistema buga 2, o agora BUPA porque o sistema passa a ser pago, anunciado há pelo menos 3 anos e que continua a ser anúncio. Um ferry-boat, todo elétrico, que aumenta a capacidade de transporte automóvel para São Jacinto. 3 autocarros elétricos. Uma pista ciclável cheio de descontinuidades e até de inconsistências funcionais e técnicas. E uma política restritiva de estacionamento no centro da cidade, que tem lá agora uma cereja no meio, que é o estacionamento de 12 milhões de euros no Rossio, como sendo uma medida positiva, de sentido positivo, relativamente às alterações e a transição energética!?

Como se não chegasse isto, ainda se oferece para tornar apelativo o negócio da exploração, um parque subterrâneo que a Câmara tem no Mercado Manuel Firmino.

Ok, o que é que eu penso de facto disto? É que todos estes exemplos mostram uma década de exercício do executivo em contraciclo. Que despreza oportunidades e problemas, sobretudo daqueles que podem menos e deixa a comunidade como um todo, mais exposta, como no caso da oferta de habitação, reconhecendo o preço elevado da habitação ou compromissos que ela própria assume como o do clima, mas que não passa da letra do papel.

E quero terminar com uma frase que o Senhor Presidente da Câmara diz na 1ª parte desta sessão, em que grosso modo dizia que "devíamos estar preocupados com a recuperação dos utilizadores de transporte coletivo que se perderam por causa da pandemia, porque de outra forma, o nosso operador de transportes e outros podiam fechar as portas ou precisar de ajuda financeira". Isto define o foco da preocupação. Isto já é a narrativa da antecipação da ajuda do Estado. Isto é a preocupação com os operadores. O discurso é todo ao contrário. O que interessa é que o operador assegure a rendibilidade e não é as pessoas que estavam cativas do transporte coletivo.

O discurso reconhece que o investidor deve ser reconhecido pelo seu risco e, por isso, deve ter uma rendibilidade quando as coisas vão bem e a economia funciona a direito. Quando há crise, o argumento do risco evapora e o Estado e os contribuintes e que têm que ajudar e arcar com as perdas.

E a pergunta que deixo é, não devia ser a sua maior preocupação saber o que aconteceu a essas pessoas e que há alternativas encontraram? E não lhe ocorre pensar que perante um serviço pouco fidedigno, caro, e residual, seja natural que as pessoas vão à procura de alternativas. E em que condições o fizeram em termos familiares, em termos pessoais, etc.

Curiosamente, esta narrativa, a questão não é a possibilidade das pessoas ficarem sem transporte, sendo essa uma consequência eventual do fim da operadora. Nem é, como devia ser, como o Senhor Presidente da Câmara diz que tem uma parceria com o operador, mas não lhe vimos grande atividade na tentativa de adaptar o serviço aos tempos e aos desafios que vivemos, pandemia, e as alterações climáticas. É simplesmente o de alinhar o discurso de "vem lá o diabo", é preciso manter o serviço magro, residual, mas mesmo assim pagar à boleia do Estado. E, por isso, olhando para o que é o Relatório, não é o relatório não ser interessante. Há algumas passagens mais ou menos descritivas, mas há um retrato. E o retrato é o retrato de uma década que agravou com as tendências passadas e que não nos deixou mais preparados para o futuro. Disse."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

"Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente, cumprimentar a restante mesa, o executivo e todos os presentes.

Quanto a este relatório a bancada PSD acha o relatório interessante. Faz uma fotografia atual. No próximo relatório de 2023, com os novos Censos, mais actualizados, e com o novo

PDM, será esse sim um relatório mais real. Este é um relatório com os Censos anteriores, algo desatualizado, mas que será um ponto de partida para novas opções e projetos. Assim este REOT terá o voto favorável do PSD."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹³

"Muito obrigado. Isto está aqui um debate um bocadinho desviado do assunto, mas, enfim, faz parte da época. Em 1º lugar obviamente anotar que temos um bom relatório. É evidente que há sempre uma tendência de, enfim, cada um na sua perspetiva de oposição de dizer mal. Obviamente podíamos aqui fazer um grande debate sobre várias questões e nomeadamente das duas que vocês mais trataram, a habitação e os transportes por exemplo. Mas de facto, para esse nível de profundidade, não faz sentido. Não é para discutir no REOT, mas aproveitaram e fazem o vosso trabalho, mas nós estamos aqui a discutir um relatório, não estamos aqui a discutir o aprofundamento, a análise mais profunda de componentes do relatório. É isso que está em causa independente de em relação a cada matéria, cada um, enfim, ter a perspetiva que tiver e fazer o que o que quer. Mas de facto é bom que não saíamos do que está em causa. Está em causa um relatório que é uma peça que nunca foi feita no nosso município — e esta é a segunda vez. Foi no nosso primeiro mandato que fizemos a primeira vez, nunca ninguém tinha feito este relatório. Nunca ninguém cumpriu a lei. Mesmo no outro quadro legal, faziam-se relatórios de ponto de situação de planeamento, que é uma questão normal e em Aveiro nunca se fez!

Nós nem sequer tivemos um relatório para ir tirar ideias sobre a estrutura ou análises comparativas de evolução, não temos isso. E, portanto, deixar-vos esta nota em jeito de conclusão, obviamente temos de tirar conclusões, e temos um bom relatório.

A segunda questão é muito importante em termos de Estatística. Obviamente, vocês sabem o país é assim. Eu acho inacreditável como é que o país pára de 10 em 10 anos, um país que dizem é muito informatizado, com mecanismos de circulação de informação on-line a vários níveis, mas nestas coisas da população e da habitação temos que parar de 10 em 10 anos para fazer uma fotografia. Isto é um absurdo completo. Com os sistemas que já temos devemos ter uma fotografia permanentemente atualizada e cada cidadão que muda a sua condição comunica. Tem uma obrigação de comunicar. Eu mudo de residência, o meu agregado familiar tem uma mudança, portanto essas questões que são referenciadas no Censos e tenho obrigação de comunicar. Mas não, achamos muito mais interessante só ter dados de 10 em 10 anos, vejam lá no mundo em que vivemos, com uma vertigem de mutação brutal, nós achamos que estamos contentes por ter dados atualizados de 10 anos em 10 anos. Mas ouçam, não é uma opção da Câmara. É uma opção do Estado. E quando nós às vezes damos alguns outros dados, os nossos dados não são válidos para relatórios desta natureza.

Por exemplo, um dado que é muito importante e quero chamar a atenção disto, porque tem a ver com questões importantes e alguns falaram nisto, que é o índice de envelhecimento e o índice de rejuvenescimento e também aquilo que são as dinâmicas populacionais e a referência de conjunto de cidadãos, que usam o nosso município na área da saúde, na área da habitação, mas não vem nas estatísticas.

Aliás, discutimos bastante com o INE esta coisa. Um estudante que vive em Aveiro, ou três estudantes que ocupam um apartamento, onde é que fazem o seu recenseamento? Respondeu que estava na casa dos pais, onde é eleitor, ou respondeu no apartamento que ocupa em Aveiro?

Nós entendemos que o guião dos Censos devia ter uma resposta clara a esta questão. Porque numa cidade como nossa, num município como o nosso, faz muita diferença. Ninguém sabe exatamente quantos alunos da Universidade estão alojados na cidade,

ninguém sabe. Esse número com rigor não existe. Enfim, normalmente com aquele número que a nossa Reitoria nos vai dando, sabemos que são de 52% dos nossos alunos que vivem distrito de Aveiro, depois faz-se uma extrapolação de que esses 50% fazem o circuito casa, trabalho todos os dias e, portanto, o número será de cerca de 7 mil que aqui está alojados e obviamente estamos a falar de tempos não pandémicos.

E os indicadores que nós temos, aliás, aconteceu isso com a ajuda a alguns familiares meus, sobrinhos, ó tio como é que eu respondo aos meus Censos? Onde é que eu me coloco? Em casa dos meus pais que é a minha residência oficial ou no apartamento onde eu vivo? Como é que se responde a isto. Não faz sentido que tenha ficado ao critério de cada um.

Depois quando alguns números, como o número que o Fernando disse, dos 4 mil fogos vagos, a perspectiva que se tem é que uma percentagem relevante desses fogos não são de facto vagos. São pessoas que lá habitam, mas que quando fazem a referência formal da sua habitação, não é ali que habitam.

Estamos muito expectantes sobre relatório dos Censos. Já há um relatório preliminar, mas ainda muito preliminar que o INE já partilhou connosco, mas estamos à espera ainda de uma versão não definitiva, mas vamos passar outra vez ao lado. E qual é o dado que nós temos tido e esse dado está actualizado diariamente e nós temos-lo por relatórios do nosso Agrupamento de Saúde do Baixo Vouga que nos faculta com muita regularidade.

São os relatórios das pessoas inscritas nos centros de saúde que nós chamamos de USF, na rede de cuidados primários de saúde. E é onde nós temos também o único sítio com formalidade, onde temos o índice de envelhecimento e rejuvenescimento é nos ACES. Em regra, os nossos estudantes que aqui residem, inscrevem-se cá. Até há uma consulta específica, há uma tipologia de registo específico para esse grupo de cidadãos. E aí o número vem subindo de forma vertiginosa, criando alguns problemas de nós percebermos como é que devemos fazer crescer, como e onde, a rede de cuidados primários de saúde.

Ou por exemplo, o nosso centro de vacinação de covid, que a partir do momento que o Governo abriu as inscrições pelo auto-agendamento, nós vacinamos imensas pessoas que não residem no nosso município.

Portanto nós somos um município que presta muitos serviços na habitação, nomeadamente a pessoas que não estão em estatística nenhuma. E portanto temos que procurar encontrar soluções de cruzamento de várias fontes de informação para procurar ter uma fotografia o mais próxima possível da realidade. Hoje Aveiro, nos dados que nós damos muita importância, obviamente, a malta cuida da Saúde em primeira instância. Hoje temos, como Rui Alvarenga disse são verdade, o processo de envelhecimento do país no nosso caso o balanço ainda é positivo, mas é positivo à custa de gente nova que chegue. Nós pelas taxas primárias de natalidade, não estamos a conseguir ter mais nascimentos do que falecimentos.

O balanço é positivo porque há mais gente que chega. Portanto este quadro do nosso município, isto não é comparável com nenhum outro município da nossa região. Esta é uma situação muito única em razão daquilo que somos como município prestador de serviços, como município que tem uma universidade, etc. É um município em que as pessoas vêm cá, mesmo não residindo cá, tratam de um conjunto de coisas. Estou só a dar alguns exemplos ligados à área da saúde, porque ele é muito expressiva.

E temos discutido muito isto. Porque obviamente para nós gestores é muito importante tomar decisões sobre a informação real e correta. E, portanto, deixar-vos isto claro, que ainda há um crescimento importante e depois podemos usar informação como esta em sede do REOT. Este REOT não é feito com critérios da Câmara. O REOT é feito com critérios que estão definidos na lei. É a própria lei, defendemos nós, tem que ter na elegibilidade indicadores para o REOT, outro tipo de Estatística que não, digamos, a clássica.

Nomeadamente em municípios onde estas outras estatísticas, estes outros dados são importantíssimos para nós termos uma fotografia real.

Portanto deixar-vos esta nota de forma clara, porque a abordagem aqui, enfim, da oposição de esquerda, foi muito para ao lado daquilo que está objetivamente aqui em causa.

Nós objectivamente aqui o REOT não é o Plano de Actividades, não é o Relatório de Gestão, não é a Estratégia Local, não é nada disso.

Foi o Eduardo Antunes, ó Eduardo você é contra a direita e essa terminologia toda que você usa. Este relatório é nosso! Ele tem uma base técnica, como tudo o que nós fazemos tem uma base técnica, mas este relatório da mesma maioria que o senhor criticou. Este relatório é nosso. Este relatório foi visto e revisto por mim. Como sabe o pelouro do Planeamento é meu e foi visto e revisto e discutido antes de o apresentar. E é desta maioria que está cá desde 2013. Você de repente, porque há aqui uma verdade que você gostou mais, é pá está aqui a maioria a fazer o reconhecimento das minhas políticas. Mas eu nem perco mais tempo com aquilo que o meu amigo disse.

Portanto, seguramente que o nosso terceiro REOT com os dados, aliás, temos uma nota interna, que é logo que os dados dos Censos sejam oficiais vamos fazer uma revisão meramente estatística ao REOT.

E um outro indicador que estamos a trabalhar no quadro do nosso sistema de informação geográfica é trabalharmos um quadro que nos permita cruzar várias fontes de informação. A informação de alvarás de utilização da Câmara e a informação das autoridades de saúde, nomeadamente do sistema dos cuidados primários de saúde.

Portanto é este quadro de nós termos essa noção e de podermos construir, que é aquilo que ainda não conseguimos, gráficos evolutivos. Mas feitos de uma fotografia o melhor possível, o mais verdadeira possível.

Se nós pararmos e comparamos os 2 relatórios. Foi um dos trabalhos que eu mais fiz para fechar este trabalho, há uma evolução positiva em vários indicadores. Mas em indicadores importantes que gostávamos de fazer uns gráficos e independentemente das linhas irem para cima ou para baixo, não temos. Ainda não temos. Agora é por aqui que nós queremos trabalhar. Uma maioria transparente, uma fotografia bem tirada, e depois nos vários instrumentos de gestão, nomeadamente o principal de todos que é o nosso Plano e Orçamento anual, tomarmos as decisões políticas para investir mais nos transportes, mais habitação, para aqui e para acolá. Esta é a lógica. Não é aqui.

Agora há soluções efectivas? Ó Eduardo, há. São a que constam do Plano e Orçamento. O REOT não é para isso. Nós temos que ser correctos e discutir apenas o que está aqui em causa. Vocês têm uma mania, que é também uma mania muito portuguesa, que é ser-se da oposição é dizer mal!? E qualquer dossier que se traz a abordagem ao dossier é para dizer mal. Então vamos dizer mal dos transportes. Ouçam isto não tem nada a ver com transportes. O Fernando Nogueira disse aqui um conjunto de coisas, de que discordo de quase tudo, mas se pudesse estar tudo correcto, não é matéria para aqui. Não é matéria a aprofundar. Um dia virá cá uma avaliação sobre os transportes. Uma avaliação técnica profunda. Estamos a acabar o 5.º ano da concessão e é importante aprofundar a análise. "Falar com o Governo"!? Ó Fernando só diz disparates. A maior parte do dinheiro do Estado, que está a colocar em Aveiro e na esmagadora maioria das empresas concessionárias de serviço público é dinheiro do Orçamento do Estado. Foi a política que o Governo do país, do Partido Socialista, decidiu tomar utilizando o PART que já existia, e criou um instrumento novo que é o PROTransP para financiar. As Câmaras colocam nesse conjunto, assim um valor que arredondando anda em 20%.

Eu tenho dito isto. Se há política onde o Governo tem agido corretamente nesta luta contra a pandemia é exatamente nessa de financiar o serviço público de transporte. Que em Portugal maioritariamente é prestado por empresas privadas. Mas onde é prestado por

empresas públicas, que é cada vez menos a oferta diretamente pública, pois com certeza também elas recebem e a maior parte do dinheiro que lá entra, para tapar o buraco financeiro é do Orçamento do Estado.

Agora esta é a realidade. Mas não é o REOT que faz o aprofundamento para nós aceitarmos, aprofundarmos, seguirmos um caminho exacto, não. Portanto deixar-vos isto claro. É por isso que eu tiro esta conclusão de termos de facto um bom relatório. Porque a temática abordada pelas oposições aqui foi completamente ao lado. E, portanto, temos que nos cingir aqui ao que está aqui em causa e, obviamente, temos todo o espaço, não falta espaço, temos o período seguir, que é a actividade municipal, para tomar decisões, para discutir decisões. Não, aqui temos de saber se este relatório merece a aprovação da Assembleia Municipal, por estar lá a verdade. Nós podemos pintá-la mais da cor "a" ou da cor "b". Procurámos não fazer isso, para termos um relatório correcto e verdadeiro. Para quê? Para nos enganarmos a nós próprios. Não faz sentido. É um instrumento de gestão o REOT? Claro que é um instrumento de gestão. Para nós anualmente, quando tomamos decisões sobre aplicações financeiras, sobre investimento, olhem vamos lá ao REOT reavivar a fotografia que foi tirada naquele dia e isso é muito importante.

Agora transformar REOT em Plano e Orçamento é que não tem sentido objetivo e vocês procuram esse exercício que não faz sentido.

Última nota. É a nota do cruzamento das matérias. Eu tenho apelado muito sobre isto, nomeadamente ao nível do planeamento e tudo o que são as questões climáticas e ambientais. Ninguém atua para ter consequências na grande escala. Na micro escala, na nossa escala de ação municipal das alterações climáticas não é relevante no todo. Mas a relevância do todo tem contributos micro. E só com contributos micro e que lá vamos. Mas eu sempre chamo a atenção, como membro do Comité das Regiões, nas discussões que temos na União e no Comité, porque as discussões sobre a nova política europeia começaram com deliberações há 4 anos, quer dizer, cuidado, nomeadamente àqueles países poderosos que ganham sempre com qualquer política que a União tenha. Estamos a falar em 1º lugar da Alemanha. E sempre lhes digo, às vezes as discussões são bem azedas, que não estourem a economia europeia. Nomeadamente dos países que, por mais política de coesão que tenhamos, vão ter sempre uma distância à performance financeira das grandes economias europeias, nomeadamente o eixo franco-alemão, mas depois outros países que não estão no eixo, mas que são economias muito poderosas, Norte da Europa e Itália nomeadamente, não estourem a economia, procurando que a responsabilidade de 10% da pegada ecológica mundial, que é a da Europa, vejam 10%, seja gerida como se fosse o inverso. Como se nós fôssemos responsáveis por 90% das poluições. E, portanto, a política está no bom caminho. Eu acho que sim. Mas quando estamos a discutir o fundo de transição justa que é o fundo fundamental para financiar a transição das alterações, Portugal tem uns ridículos 200 milhões de euros, que servem para eu pagar o ordenado de um trabalhador que vai fazer uma reforma antecipada, ou para pagar a formação profissional que ele precisa ter para mudar de emprego ou deixar de trabalhar, enfim, na central de carvão do Pego ou na refinaria de Leça da Palmeira, e se tem que dar formação para ele ir trabalhar para outro sítio. Ou um trabalhador de uma cerâmica das nossas. E perguntamos e dinheiro para ajudar aquela empresa que tem um forno a gás, poder comprar um forno elétrico e que custa uma mega fortuna? Ah, para isso não há. Então esperem lá, como é que se ajuda uma empresa que precisa de um plano de investimentos de reconversão das suas fontes de energia, tratando só dos recursos humanos, porque se ela não tratar do sistema produtivo vai morrer. E depois não vão só umas dezenas de pessoas mudar de emprego, vão as centenas que lá estão. Portanto estas questões Fernando Nogueira, estão tratadas de forma séria e em puzzle. Nós apresentámos a semana, nós CIRA, a revisão do Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro, que agora se chama Programa

Estratégico da Região de Aveiro, e um dos objetivos do Plano é a integração da análise prospetiva, daquilo que é o impacto das alterações climáticas no território destes onze municípios, no quadro da revisão do planeamento.

E somos o único território do país que tem um Plano Intermunicipal de Ordenamento. Não há mais nenhum legalmente em vigor. Portanto é nesse quadro total que as questões são trabalhadas. E não exatamente agora pegar aqui no REOT, e dizer só tem a BUGA o Ferryboat, isto é tudo uma coisa menor. Ah e lá tinha que ir ao Rossio, vocês têm essa fixação, tudo o que mexe tem de ir parar na crítica ao Rossio. Mas você devia era dizer que em Portugal somos dos poucos municípios que temos autocarros eléctricos. São só três, mas olhe o grupo TRANSDEV tem milhares autocarros e só tem 3 eléctricos. Andam a trabalhar em Aveiro. As esmagadoras maiorias de transportes públicos têm zero autocarros eléctricos. Algumas têm muitos, nomeadamente nos sítios mais poderosos financeiramente. A área Metropolitana de Lisboa e a área Metropolitana do Porto. Mas saiba onde é que eles estão.

Ferryboat eléctrico! Olha que chatice, o nosso vai ser o primeiro de todo o Sul da Europa. Chatice. Que mauzinhos. etc. Não apenas notas positivas, mas o REOT não tem de aprofundar mais que isto, de referenciar. Para nós daqui a 3 anos, quando vamos tirar outra fotografia, verificarmos, olha nesta componente da mobilidade eléctrica o que é que evoluímos? O ferry já anda ou ainda está encalhado na burocracia? Só temos 3 autocarros ou passámos a ter 6? Isto dá um contributo para a performance do nosso território a nível de ordenamento e de planeamento.

Portanto eu tomei boa nota obviamente de tudo. Mas de facto há aqui um debate das oposições absolutamente fora daquilo que é o REOT. E obviamente permitam-me a conclusão. Temos um bom REOT. O relatório é verdadeiro, é correto. Agora temos muito trabalho pela frente? Claro que sim. Nós tínhamos uma Câmara falida, desorganizada, corrupta, até outubro de 2013.

Nós passámos a cumprir a lei dos compromissos de pagamentos em atraso, em abril de 2017. Já se esqueceram? Isto é REOT. Nós tínhamos uma estrutura de planeamento e um esquema de gestão planeamento do nosso território, que era uma coisa vergonhosa.

Acabou o PUCA. O PUCA era o instrumento mais miserável que esta terra já teve.

Lembram-se do PUCA? O PUCA nasceu por um ato falhado da Câmara a rever o PDM.

A Câmara Municipal de Aveiro começou a rever o PDM e falhou redondamente. Epá, isto é muito complicado, vamos mexer aqui umas coisas, vamos transformar isto num Plano de Urbanização! Foi assim que nasceu o PUCA. E essa miséria urbana do nosso planeamento acabou porque temos um PDM novo.

Estas são as notas fazem a diferença e fazem com que este relatório mereça uma nota muito positiva, com toda a verdade que lá está. Temos que continuar a trabalhar para evoluirmos também qualitativamente, eventualmente também quantitativamente algumas áreas, para que o nosso próximo relatório tenha um balanço em relação às várias abordagens.

E obviamente que todos nós, quem cá estiver a governar na Câmara, na Assembleia Municipal, vamos interagindo para procurar aplicar bem as nossas capacidades técnicas e financeiras para irmos melhorando a nossa performance e a evolução em sede de REOT poder evidenciar isso mesmo. Muito obrigado Senhor Presidente.

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE)⁰¹⁴

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰¹⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁶

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁷ o Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2020 do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD16+CDS6+IND1), doze abstenções (PS8+BE2+PCP1+PAN1), e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Fernando Nogueira (PS)

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção seja a sua declaração de voto."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção seja a sua declaração de voto."

Vogal Eduardo Antunes (BE)

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção seja a sua declaração de voto."

Ponto 4 – Informação sobre a Atividade Municipal de 13ABR21 a 21JUN21.

(A informação Escrita sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰¹⁸ deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

"De forma sumária realçar alguns dos pontos desta exposição e das dinâmicas da actividade municipal. Quisemos dar primazia aos investimentos no Parque escolar. Portanto os primeiros pontos têm essa opção. O primeiro foi o lançamento do concurso público do novo edifício de Jardim-de-infância e escola do Primeiro Ciclo em Nossa Senhora de Fátima. O concurso foi lançado e já está em faz de análise de propostas. É sempre hoje uma preocupação termos ou não ter propostas dos construtores. Temos propostas válidas e iremos adjudicar muito proximamente.

Também a escola de Eixo, que é outro dos edifícios novos de raiz. Que tem em concurso lançado, também temos propostas válidas, estamos a falar de 2,7 milhões em Fátima e 1,4 milhões em Eixo. Portanto estamos no caminho obviamente de escolher a melhor proposta das que são apresentadas para seguirmos à fase seguinte, que é a fase da adjudicação.

E a escola do Bom Sucesso. É outro dos concursos que lançámos e também temos propostas válidas. Estamos também na fase de adjudicação.

E, a escola das Barrocas, que é a quarta que aqui colocámos, que é uma obra de quase 1,8 milhões de euros. Também foi concurso lançado e estamos também já na fase de avaliação das propostas.

Portanto o conjunto de nove investimentos que pusemos em desenvolvimento na área do parque escolar por todo o município, segue o seu caminho. Felizmente bem. Com alguns episódios, um que foi à reunião de câmara da semana passada, que é a obra de ampliação e requalificação da escola dos Areais. Escola com Jardim-de-infância, que não tivemos concorrentes e lançámos na quinta-feira segundo concurso. Aumentámos o valor da base, quer mais ou menos 1,15 milhões, passando para 1,4 milhões.

E, portanto, lançámos na quinta-feira o segundo concurso. Porque a pressa. Porque nós estamos numa fase em que também estamos a lutar por Fundos Comunitários do

overbooking do quadro. O Quadro está na sua fase final, já estamos, como se diria futebolisticamente no prolongamento da sua execução, e nesta fase há sempre uma redistribuição de dinheiro que se tira dos projetos que não se executam e que se entregam aos projetos que se executam.

E como nós, Câmara de Aveiro, temos muitos projetos, especialmente na área das escolas, que estão exatamente a execução. Temos 3 que já estão além do mais em obra. São qualificações e ampliações. São Quinta do Loureiro, Póvoa do Paço e Azurva. E depois temos mais 6, que estão nesta fase de concurso e obviamente temos que nos despachar o mais possível, porque quando chegar a fase da redistribuição desse dinheiro e da aprovação das candidaturas (que já fizemos em devido tempo), quem é que tem apoio são aqueles que tiverem maior maturidade. Aqueles projetos que tiverem mais avançados em execução são aqueles que vão levar o dinheiro.

Portanto estamos a trabalhar para que sejamos nós, sejam os nossos projetos que venham a ter esses apoios e daí esta importância e esta premência, para que estes processos possam andar.

Demos um lugar também muito importante, obviamente, ao Programa Municipal de Apoio às Associações. Tem sido um grande investimento. Uma cooperação muito positiva com as nossas Associações. Neste caso a referência é para aquelas que têm a sua atividade justaposta ao ano civil, portanto temos umas justapostas à época desportiva e ao ano lectivo que estão em curso, e este relatório fala daquelas estão justapostas ao ano civil no âmbito da Cultura da Ação Social e outras ligadas nomeadamente ao ambiente, aos escuteiros, etc. Portanto é um continuado trabalho de parceria, que pelo segundo ano consecutivo tem uma linha excecional para covid, mas além dessa linha excepcional, mantemos o apoio muito grande às nossas as nossas Associações em razão obviamente do interesse público, do relevante interesse público, que tem o seu trabalho. Obviamente, na razão daquilo que são as necessidades dos nossos concidadãos.

E, portanto, é um grande investimento da nossa Câmara Municipal neste conjunto. São cerca de 1 milhão 100 mil euros e, portanto, mantemos essa parceria que iniciamos exatamente em 2017, quando conseguimos passar a cumprir a lei dos compromissos.

Uma nota para uma obra importante que foi agora adjudicada, que também entendi referencia-la porque ela tem uma complexa relação com a propriedade. Pronto, também só tivemos 3 candidatos para fazer a obra do pavilhão, propriedade agora da Câmara, que referenciamos como do IPJ, ele está entregue à Câmara por 20 anos, e chamamos do Alavário porque é o Clube residente. E a piscina do Galitos, que só teve 2 propostas e que, em razão de termos boas propostas, já adjudicados a obra à mesma empresa que ganhou os 2 concursos e estamos a trabalhar com os clubes e com o Agrupamento de Escola José Estevão para que nova época desportiva, o novo ano lectivo, já comece em instalações alternativas, provisórias obviamente.

O nosso empreiteiro aponta para o mês de Setembro montar o estaleiro e arrancar com esta obra. Uma outra que entendemos evidenciar é a obra do Parque Aventura, em Esgueira. Porque é uma obra importante, diferente. Teve uma fase em que foi muito criticada pelas nossas oposições, mas acho que já toda a gente percebeu, quisemos fazer a sua inauguração por questões meramente de simbolismo no Dia Mundial do Ambiente, porque, de facto, ela é muitas coisas boas. Ela é uma operação de qualificação ambiental de um solo mal ocupado por uma ruína, porque estava há mais de 20 anos sem uso, era a antiga carreira de tiro, recuperação dos solos contaminados com chumbo da prática do tiro, uma vala de água com um conjunto vasto de problemas e, portanto, transformamos isto tudo num parque de grande qualidade que é um sucesso, felizmente, em termos de utilização. Rentabilizando e dando mais vida ao parque da Fonte do Meio que já lá existia, no âmbito do trabalho de cooperação que temos desenvolvido com a Junta de Freguesia de Esgueira e

dando qualidade á memória base que é a Fonte do Meio, ela própria que tem hoje um quadro de qualificação positivo.

Uma nota em relação ao Crematório, porque, obviamente, foi uma decisão da Assembleia Municipal, já adjudicamos. Estamos agora a tratar de formalidades e a trabalhar, começar a trabalhar com a Servilusa, empresa que ganhou o concurso. Está feita a demolição das construções, que foi um outro concurso não tem a ver com este, portanto dar nota à Assembleia Municipal, por isso quisemos fazer esta referência expressa de que estamos já tratar do desenvolvimento formal e prático. Sabemos que temos que terminar o projeto. Portanto a empresa apresentou um estudo prévio, embora seja um estudo já com muita maturidade, facilmente rapidamente passa a projeto de execução, nos termos do contrato.

É um projeto interessante. Queremos melhorar, mas globalmente, em termos de quadro base, temos um projeto bom. E pronto, vamos dar seguimento a essa decisão que tomámos, no quadro do tal segundo concurso, como nos lembramos que lançámos.

Uma referência para a Bandeira Azul. Sempre chamando a atenção, embora ultimamente o clima não tenha estado muito propício, mas há-de de melhorar e vai melhorar. Vai melhorar já esta semana para podermos ir à praia, especialmente a São Jacinto e, portanto, hasteámos as bandeiras que referenciam a qualidade.

Este ano quisemos ter um gesto político com a Câmara Municipal da Murtosa, para deixar esta mensagem de cooperação. As nossas praias, obviamente cada município acha que as suas praias são as melhores do mundo, e é verdade, mas a outra verdade é que os nossos turistas gostam de ir ou de circular, nomeadamente aqueles que conquistamos para a costa aveirense e, portanto, quisemos deixar essa mensagem com a praia nossa vizinha em termos de continuidade física, que fica a norte, que é a praia da Torreira.

Portanto tivemos esse gesto, que foi por mim retribuído, de ter a presença do Senhor Presidente da Câmara da Murtosa e retribuído por mim nesse mesmo dia, com a presença no hastear das bandeiras azuis das praias da Torreira e São Jacinto. Portanto prossegue esse trabalho de qualidade da nossa praia, com um conjunto de parceiros, obviamente que são muito importantes para conseguirmos esta performance. Enfim, e desde logo os principais, que são os utilizadores da própria praia.

Portanto deixar estas notas de destaque, de referência, com base neste relatório. E obviamente ficar ao dispor para as questões que entendam por bem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Antes de mais, permita-me devolver aquilo cumprimento ao Senhor Presidente com as dificuldades que está a ter na conjugação de esforços, para reeditar a coligação que o elegeu. E que segundo a sua concelhia vai fazer outra porque vai desagregar o PPM. Vossa Excelência não parece que seja monárquico e, portanto, nessa lógica vai ter que se desvincular dessa ligação. Mas eu não ficaria assim tão nervoso. Isto é um jogo democrático, estamos todos libertos ainda desse momento.

Em relação à Atividade da Câmara eu vou cingir-me naquilo que me trouxe cá hoje, que tem sido uma repetição, mas eu vou reincidir, porque de facto preocupa-nos imenso.

Anunciou ai uma série de concursos, não consigo contabilizar todos, mas de facto em 6 meses é de facto notável. Só faltou o canil intermunicipal!? Foi o único concurso que Vossa Excelência não conseguiu empreiteiro. Este ficou sempre deserto e de facto nós lamentamos isso.

Andamos há 4 anos nisto, para nós PAN é o maior fracasso deste executivo. O problema agudiza-se e estranhámos que só para esta obra é que não haja empreiteiro. Gaia conseguiu fazer o seu, os outros conseguem fazer, só Aveiro é que não consegue empreiteiro

para esta obra. Dispensámos mais de 40.000 euros para o projeto de Arquitetura, mas depois ficou tudo parado. A única informação que temos sobre o concurso (mas deve ser falha nossa) é uma nota de imprensa da CIRA de 11 de janeiro.

Comunicação Social que insiste em confundir receptores de textos com jornalistas, por isso também não notou que a coisa não andou.

O valor anunciado na Câmara de Aveiro tem sido de 2.500 milhões euros! O valor anunciado pela CIRA nesse comunicado é 3.381 milhões de euros. Divido desta forma 1.499.900 para Águeda, 1.012.000 para Aveiro e 869.000 mil euros para Ovar.

É uma estratégia que também não se percebe, tem três pólos, e essa estratégia não se encerra porque o Senhor falou aqui que um dos pretextos era a solidariedade com os municípios, aceitámos na altura e silenciarmo-nos durante 4 anos para deixar a Câmara poder trabalhar, mas agora, estando no final do mandato, temos que ir também, enfim, queremos saber o que é que foi feito em relação a estas matérias.

A estratégia tem 3 pólos e deixa de fora concelhos vizinhos. Porque do nosso ponto de vista, esta ligação, esta relação, não se encerra na construção de infraestruturas. Portanto, tem que haver ali uma ligação mais estreita ao nível da operacionalidade e ao nível de, enfim, de várias parcerias que podem ser feitas. Excluir Murtosa, Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos, parece que não faz sentido. E depois fazer com Ovar. Na verdade, eu não vou dizer que é pior que Aveiro, Ovar cumpre a lei, delega nas suas duas associações, a diferença é que investe ainda um bom dinheiro, são cerca de 18.500 euros, que não é desprezível, para fazerem o trabalho que devia estar a ser feito Câmara Municipal.

Porquê Ovar e deixar os municípios vizinhos de fora? Ainda assim, há mais dinheiro para Águeda, que de facto tem um espaço, que não é absolutamente extraordinário, mas vai cumprindo a lei, enfim, como pode, mas ainda assim, parece-me que há aqui uma desproporção no investimento. Mas este valor de 2.500 milhões euros que a câmara anuncia depois o valor anunciado pela CIRA é de 1.012.000 para Aveiro. Isto parece-nos que deve aqui uma explicação.

Um último ponto que eu queria aqui notar é que a importância do intermunicipal deveria ser realçada por todos os municípios que integram este projecto. Não digo Ílhavo, porque Ílhavo surge aqui como quase uma interface para coadjuvar a relação, mas Ovar, nem Águeda, dizem absolutamente nada sobre o projecto.

Tentámos ver sites, nada! Nem sequer o valorizam, podiam valorizar do ponto de vista político é normal, não é. Com a escassez de recursos que têm, podiam valorizar e capitalizar isso até do ponto de vista eleitoral, mas nada. Não uma menção ao projeto intermunicipal. Portanto eu perguntava onde é que está aqui a solidariedade? Porque é que nós andamos há 4 anos à espera destes municípios para executar algo e, no fundo eles nem sequer dão importância ao projeto. Nem falam nele pura e simplesmente.

Portanto, pode ser uma falha, enfim, administrativa ou de comunicação, mas o facto é que não falam, não tocam no assunto. E, portanto, eu queria aqui porque porventura será a última vez que o vou referir, mas este foi o pior falhanço mais óbvio deste executivo e depois é isto, ninguém entende muito bem a ligação disto, a consequência, enfim, vamos aguardar, ainda temos uns meses de trabalho, o Senhor Presidente com certeza ainda vai dar notícias. Vamos esperar que até ao final do mandato ainda se possa fazer luz sobre este assunto. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados municipais, Senhor Presidente de Câmara, demais vereadores. Uma nota e quatro questões. Primeira nota para

corrigir o Senhor Presidente de Câmara m relação à intervenção anterior. Os eleitos do PCP defendem e praticam políticas de esquerda em qualquer circunstância.

Quatro notas apenas. Primeira Senhor Presidente de Câmara, o elevador junto ao crematório do Cemitério Sul, portanto o que cruza a linha de comboio, encontra-se avariado, não funciona. Tendo em conta as alterações que se irão verificar nessa zona e do concurso do município, seria relevante portanto encontrar uma solução adequada para a passagem dos peões por aquela zona do município, portanto do Cemitério em direção à freguesia de São Bernardo.

Segunda questão, Senhor Presidente de Câmara, recebemos queixas de parte de moradores da Freguesia de Cacia, reportando a acumulação de lixo que se verifica em algumas zonas da freguesia. Devido julga-se a uma recolha do lixo progressivamente mais espaçada. Preocupa-nos esta situação para a qual alertamos e gostaríamos de saber novidades.

Duas questões apenas para terminar. A primeira prende-se com a notícia que também tivemos sobre a paragem das obras no edificado de habitação social na freguesia de São Jacinto. É importante saber qual o ponto de situação destas obras.

Última questão prende-se com aquilo que é o destino do antigo do antigo edifício da Biblioteca Municipal de Aveiro. De facto, seria interessante conhecer as suas ideias em relação ao mesmo. Tenho dito."

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Em 1º lugar, gostaríamos de notar que o senhor presidente da Câmara se demarcou com bastante assertividade daquilo que foi os mandatos do seu partido antes da sua gestão. Foi o Senhor Presidente, que os descreveu como uma gestão corrupta!

Descreveu como uma gestão corrupta e, portanto, obviamente, nós compreendemos essa demarcação. É pena que a concelhia do seu partido ainda não ultrapassou esse trauma. E parece que, se calhar, muitos dos colegas da Assembleia que aqui estão será esta, porventura será uma das últimas Assembleias que estarão presente e em que vão participar. Sobre a actividade municipal. Estes 2 pontos não vêm descritos no relatório, mas são do nosso ponto de vista muito importantes. No passado dia 21 o Senhor Presidente anunciou o aumento da Tarifa dos Resíduos por causa da questão dos Bio-resíduos. Anunciou também que estaria na iminência de entregar o sector dos Bio-resíduos a uma empresa privada. E nós recordamos Senhor Presidente que a Câmara Municipal, a gestão do seu executivo, é neste momento recordista na questão da tarifa de gestão de resíduos.

A Câmara Municipal de Aveiro tem a tarifa mais cara do país em relação aos custos da produção e da gestão deste serviço absolutamente fundamental.

Por cada euro que custa à Câmara Municipal, a Câmara Municipal depois cobra aos munícipes 1.57€, quando a média nacional ronda os 80 a 83 cêntimos. Ou seja, em muitos municípios as Câmaras municipais financiam este serviço público essencial e na Câmara Municipal de Aveiro o seu executivo utiliza a gestão dos resíduos para financiar a sua actividade.

E portanto é lamentável que o Senhor Presidente anuncie um potencial aumento da tarifa de resíduos em cima deste record de taxas da Câmara Municipal. Do nosso ponto de vista a Câmara deveria sim estar empenhada na construção e na gestão dum serviço público de gestão de resíduos como existe noutros municípios, mas o Senhor Presidente tem um fetiche e como gosta de usar esta palavra, tem um fetiche ideológico em relação á lapidação dos serviços públicos, à concessão de serviços públicos, para muitas vezes alavancar o lucro privado. Muitas vezes até lesando os próprios utentes dos serviços públicos.

Depois, segundo ponto. Outra questão que também nos captou a nossa atenção foi o Congresso Região de Aveiro sobre a Ria. Nesse Congresso, nessa iniciativa, falou-se de várias coisas, entretanto, até pelo seu colega da Câmara de Ílhavo, falou-se em minhocas, falou-se em passarinhos e no bicho homem!? O que não se falou foi em medidas concretas para valorizar e para proteger a Ria de Aveiro. Património que é absolutamente fundamental e central, para não só para a mitigação das alterações climáticas, mas também para a própria identidade desta a região, E muitas vezes e fazendo aquilo que contraste, aqui muitas vezes descreve que o trabalho que a oposição faz, não só o Bloco de Esquerda, mas também outros partidos, como sendo algo acessório, algo que não contribui para o debate, que somos irrelevante, basicamente um obstáculo à gestão da Câmara Municipal. Mas é o Bloco de Esquerda que muitas vezes, com propostas que faz através aqui da Assembleia, mas também noutros fóruns, que marca a agenda política aqui no município. E nesse ponto de vista, enquanto se falava em minhocas e passarinhos, o Bloco de Esquerda apresentava uma proposta concreta para se constituir um Parque Natural da Ria de Aveiro. Nós consideramos que esta proposta é absolutamente fundamental, não só para a valorização deste património, para a defesa da biodiversidade, mas também do ponto de vista da gestão. Porque a proposta que foi apresentada pela CIRA vai tornar aquilo que é uma manta de retalhos do ponto de vista administrativo, numa alçada de uma só estrutura institucional. E através da elevação dessa manta de retalhos a uma só estrutura institucional, vamos estar a ter ganhos de escala, ganhos de gestão, de coerência etc. E esta é uma proposta que deve mobilizar todas e todos os habitantes da Região de Aveiro. Porque o que está em causa é a defesa de um património natural, cultural e também social, da maior importância para a região, e para as gentes desta região e para a sua identidade, para a economia e para a mitigação das alterações climáticas. Disse."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

"Boa noite Senhor Presidente, cumprimento-o e em si, todos os que aqui estão e aqueles que nos ouvem por outros meios. Uma nota sobre este ponto.

Sendo o engenheiro Ribau Esteves, um gestor essencialmente focado nas tarefas, é natural que os resultados relativos a obras, realizações e atividades municipais de todos os âmbitos, sejam notoriamente positivas, principalmente, porque estão a ser realizados num quadro de equilíbrio orçamenta, resultante de uma adequada eficaz gestão económica e financeira.

De realçar o profundo efetivo conhecimento que a equipa municipal demonstra relativamente aos problemas e carências do município, que a sua visão para a sua rápida resolução que, nalguns casos, direi mesmo, em demasiados casos, tem sido prejudicada por alguns que mais não sabem do que atralhar aquilo que outros fazem o que querem fazer.

Por isso, embora louve o empenho em fazer obra. Espero que este foco seja temperado com o necessário envolvimento da sociedade municipal e particularmente das equipas do executivo, presidente de junta e cidadãos, entre os quais as oposições políticas, quando sérias e predispostas a colaborar na melhoria do município. E que não balcanizem a sua posição entendendo tudo o que o executivo diz ou faz está errado.

Aveiro é um município peculiar, em que pululam os pequenos egos locais, muitas vezes assentes na maledicência do populismo fácil, procuram exhibir-se e tornar-se notados, e na sua opinião importantes. E, por isso, compreendo que seja muito difícil encontrar o ponto ideal, entre o foco nas tarefas e a atenção que deve ser dada às pessoas o que muitas vezes cria dificuldades adicionais a quem tem a missão de gerir.

Por isso Senhor Presidente aceite um conselho. Dê menos conversa a quem não a merece. Não gaste energia, deixe o acessório. Prove a sua razão e combata aqueles que não a entendem ou não concordam com ela, o que por interesses mesquinhos, sempre afirmam que

o que faz está mal feito. Mas aceite sem azedume todas as críticas ou sugestões a quem quer colaborar num Aveiro melhor.

Uma nota particular para 4 obras, uma vez que não tenho tempo para falar de todas. Parque escolar, a única coisa a dizer é muito bem. Estrada dique (estrada do sal), não gostei Senhor Presidente, não gostei nada. De facto, aquele reperfilamento marginal, devia ter sido feito, obviamente, em pedras graníticas, de grande porte, naquilo que se chama à mão. Não é a mão, mas é assim designado. E fazer uma coisa que durasse 100 anos.

Porque aquilo que lá está, daqui a umas marés assim mais puxadas, metade daquelas pedras pode ir para o fundo da Ria.

Viaduto do Jumbo. Estou encantado. De facto é uma obra que Aveiro esperou mais de uma quinzena de anos. E está, passo lá muitas vezes por necessidades próprias e penso que é a solução, aliás, já alguém tinha falado aqui para resolver aquele problema.

Agora vamos ver quando é que se resolve o mesmo problema que existe na passagem de Esgueira?

Obra do Rossio. Senhor Presidente faça-nos isso rapidamente. Espero que ainda durante este mandato, o mais breve possível que a obra comece. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este ponto o Senhor Presidente da Câmara andou a ler os meus apontamentos, porque é o que eu tinha aqui escrito, com excepção do apoio às associações culturais.

Mas queria destacar porque passo lá ao fim de semana, o êxito que está a se o parque aventura. Está normalmente bem preenchido, praticamente cheio e, portanto, é algo que fazia falta e que as pessoas estão a usufruir. Naturalmente e tendo em atenção às pessoas a quem se destina, ao fim-de-semana, porque o ano escolar ainda não terminou.

Também tenho aqui mais algumas questões que gostaria de deixar. Na quinta-feira foi inaugurada a reabilitação da antiga estação, portanto ainda não faz parte deste relatório, não falo desse assunto, mas falo do que está em frente à estação.

Há um conjunto de empenas cegas, de edifícios, que estão em avançado estado de degradação nas ruas Cândido dos Reis e João de Moura, onde existiu o edifício da antiga pensão Barros que foi entretanto demolida. Em termos de segurança, eu julgo que foram tomadas as medidas necessárias uma vez que o edifício já está escorado e tem uma grande racha na empena cega, mas a questão é esta. Não seria possível colocar ali uma tela como a que está nos arcos e disfarçar aquela miséria e dar uma imagem um bocadinho melhor a quem chega a Aveiro e visita o edifício da estação?

Uma segunda questão Senhor Presidente. Lemos há umas semanas que a construção do Ecocentro de Esgueira foi suspenso devido à grande quantidade de lixo que estava ali enterrado. Já há algum desenvolvimento relativamente a essa situação ou ao eventual retomar da obra?

Outro aspecto é na área urbana, alguns edifícios estão parados há muitos anos. Refiro-me aos que estão no canal de São Roque, do da esquina da rua Oudinot com a Avenida, e há outros de mais pequena dimensão, mas que não deixam de criar uma má imagem e que na minha opinião é poluição visual. É o caso de uma vivenda ali no acesso à A25 em Esgueira e de um conjunto de lojas na rua de Timor na Urbanização da Forca, ou até de um edifício que está ali no Parque dos Amores. Estas obras estão paradas devido a problemas dos seus promotores ou têm alguma acção administrativa, nomeadamente algum embargo a essas obras? Pergunto, haverá algum instrumento que permite à Câmara não permitir ou actuar mais rapidamente sobre estas situações?

Finalmente. Temos tido notícias que indústria automóvel está a apostar em grande força na eletrificação dos veículos e que há já um conjunto de marcas que anunciam um determinado prazo para deixarem de produzir veículos a combustão e passarem a produzir veículos apenas elétricos.

Sabe-se que o carregamento elétrico dos veículos implica uma potência elétrica disponível que, provavelmente, a maior parte dos edifícios existentes não tem. As garagens que existem geralmente nem têm condições para esse tipo de fornecimento. Nem as redes elétricas permitem ter 30 ou 40 carregadores ali todos a debitar potência superiores a 3.45 KVA que são usados em carregadores que não sejam os rápidos. E também infelizmente nem todas as pessoas que moram nos condomínios têm lugar de garagem e estacionam na rua e irão precisar de mais locais de carregamento nas ruas.

Nesse sentido eu deixava à Câmara a sugestão de começar rapidamente a programar onde é necessário fazer o reforço dos carregadores já existentes, que já são escassos para os número actual de veículos elétricos que vemos em circulação, mas também sobretudo que seja feito com os operadores da rede elétrica, que seja feito um estudo a sério sobre a capacidade da rede instalada para quando houverem 20 ou 30% dos carros sejam elétricos, para que todos possam carregar e não afectem a disponibilidade aos consumos domésticos. Isto porque durante a noite muitas das famílias aproveitam tarifa bi-horária para terem os seus electrodomésticos a funcionar. E portanto acho muito importante falar com os operadores das redes elétricas a tempo porque se não iremos criar uma disrupção em Aveiro, por aquilo que se espera possa vir a ser um aumento deste tipo de veículos e, por outro lado, que a rede aguente este na nova realidade que vai existir dentro de meia dúzia de anos. Disse."

(Entretanto saiu da sala a Vogal Ana Cláudia Pinto de Oliveira)

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰²⁶

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

"Obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, aqui e em casa. Este ponto ou esta Assembleia Municipal teve 2 momentos que distam entre si um período suficientemente largo e muitos destes assuntos, se bem estão recordados, foram discutidos e foram abordados no PAOD. Enfim, coisa que não costuma acontecer, mas se entende perfeitamente o critério que foi adoptado. E, portanto, não há nada de particularmente relevante a acrescentar àquilo que já foi colocado no PAOD, mas como decorreu um hiato de tempo, como eu dizia, entre a primeira e a segunda reuniões desta sessão da Assembleia Municipal, entre ambas tivemos um facto sobre o qual eu gostaria de questionar o Senhor Presidente e já aqui abordado pelo deputado Raul Martins, que tem que tem a ver com aquilo que aconteceu na Rua do Sal, que para mim sempre a conheci como estrada do clube náutico. E portanto, gostava que o Senhor Presidente explica-se permitindo, obviamente ao pedindo licença ao Presidente da Assembleia, visto este assunto não poderia estar espelhado na comunicação que apresentou, pois o facto ocorreu à posterior, e, portanto, gostaria que explicasse o que é que aconteceu e que medidas tomou para que a coisa não se repita.

Não querendo obviamente criar nenhum alarme social e conhecendo a Ria em tempos idos, com alguma causa, a minha pergunta é o que é que nos pode dizer sobre esta questão e sobre a eventualidade e a delicadeza da intervenção que que irá acontecer no Rossio? Obviamente que eu sei que uma coisa, não está diretamente correlacionada entre si, porque, enfim, não estaríamos exatamente a falar das mesmas situações do mesmo tipo de obra, mas a força da natureza é efetivamente um obstáculo a ter em conta quando nós,

sobretudo, fazemos obra onde essa força se manifesta e temos exemplos nefastos não só aqui no continente, mas também nas regiões insulares, de questões que foram menos bem acauteladas e que depois vieram a provocar a situações desconfortáveis. E, portanto, obviamente que repito, não há aqui nenhuma questão alarme social, só gostaria de perceber se está acautelada e qual a segurança, etc. Sobre o mais como eu já disse, estas questões foram praticamente, enfim, todas debatidas e colocadas no PAOD. Portanto, não teria mais nada a acrescentar neste ponto."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰²⁸

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

"Obrigada Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. De facto, estar aqui hoje ouvir a oposição, não ter nada a dizer sobre a atividade municipal é, no mínimo, estranho. Contudo, não é assim tão estranho. Porque de facto Senhor Presidente, estamos em final de mandato e temos o nosso compromisso com o eleitorado cumprido.

Eu disse isto na última assembleia, quando fiz a minha intervenção e já aí o tínhamos. Portanto estamos só a concretizar e a ultimar algumas coisas. E falando um pouco daquilo que é a freguesia de Esgueira, deixar aqui também outra nota. Lamentei e constatei que a oposição não esteve presente na inauguração do Parque Aventura. É lamentável! Porque quando se fala tanto em espaços verdes, em árvores, em espaços de lazer, não foram, não quiseram ver, não quiseram estar.

É um espaço diferente. É um espaço que tem tido o sucesso que todos vemos todos os dias. Basta passar lá ao fim do dia, basta passar lá ao fim de semana e percebemos que aquilo era um espaço há muito desejado pelos esgueirenses, mas por todos os aveirenses. Porque não são só esgueirenses que vão ao Parque Aventura. Portanto, deixar aqui esta nota muito positiva. Foi um projeto que a Câmara Municipal investiu com o nosso apoio, sempre desejámos, como disse o Senhor Presidente, quando chegámos há 8 anos, fizemos a requalificação do parque infantil da Fonte-do-Meio. Temos tido também algum cuidado com aquele espaço e foi sempre o nosso projeto no fundo amplia-mos aquele espaço e darmos outra vida àquele lugar, que eu sei, será o princípio de uma outra vida que ainda há de aparecer pela aquela zona. Uma zona que tem potencial, uma zona que entronca naquilo que é o Cais da Ribeira de Esgueira, faz todo o sentido ali. E é um projeto que sendo diferente, está implementado e tem pernas para ser um êxito do ponto de vista concelhio.

Depois outras obras que também não deu jeito falar. Como dizia a minha colega de Aradas e bem, que é por exemplo a rotunda túnel de Esgueira. E dar aqui uma nota também à intervenção do colega independente, quando fala da requalificação. Está prevista agora nesta construção e, portanto, vai entroncar ali na construção da rotunda, já a vi em projecto há alguns anos. Até esteve anunciada em finais de mandatos noutros mandatos, mas de facto agora estou a vê-la no terreno. Passo lá todos os dias e verifico que, tirando um dia que a máquina avariou, a obra está a andar bem.

Esta é uma nota muito positiva, porque a nível de reabilitação urbana esta é também uma peça fundamental. E ao nível de mobilidade a entrar e a sair do núcleo urbano de Aveiro e do núcleo urbano de Esgueira.

Depois a requalificação também urbana do bairro do Carramona. O bairro do Carramona tem cerca de quase 40 anos e nunca tinha sofrido uma intervenção como a que está a ter agora. E ao contrário do que se diz nas redes sociais, ao contrário dos que muitos falam, a intervenção é querida por quem lá vive. Ainda hoje falava com três pessoas que foram à junta dar os parabéns pela intervenção. Está limpo, está arrumado, não está terminado, que há pessoas que até hoje me diziam, já podia ficar assim. Eu dizia, não, não, não diga isso muito alto que eu não quero que a empresa ouça.

Mas de facto está limpo. Andem a pé naquele local, estejam à janela, eu não moro lá, mas tenho alguém que mora, que volta e meia vou a várias casas naquele local e vejam como é que está. Não tem nada a ver. Senhor Presidente é muito, muito necessário, o resto da intervenção. Sabemos que vai continuar, mas dar esta nota muito positiva.

Em Esgueira, há a Esgueira antes e a Esgueira depois, mas nunca mais será a mesma Esgueira que era. E Aveiro está igual. Houve um Aveiro antes e vai haver um Aveiro depois, mas nunca mais será o mesmo Aveiro. Basta passar em Aveiro durante os fins de tarde e aos fins de semana e perceber a dinâmica que temos.

Podemos não gostar daquilo que se fez, podíamos ter outras ideias, mas dizer mal, como dizia há bocado o colega e independente, dizer mal por dizer mal. A maledicência não tem que passar à frente disto. Temos que ter a constatação de factos, de coisas que outros, esquerda e a extrema-esquerda como o Senhor Presidente diz, muitas vezes contestaram, mas agora são realidades. Faziam diferente? Provavelmente sim, mas a verdade é que estamos a atingir os nossos objetivos. E foi com este manifesto eleitoral que nos apresentamos ao eleitorado e que fomos sufragados. Haverá novas eleições, seremos sufragados ou não, teremos ou não vitória, mas a verdade é que nós cumprimos aquilo que estava estipulado. Foi e é essa a nossa função, foi esse o nosso objetivo, e acho que foi para isso que todos trabalhamos. Obrigado."

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁰

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Glória Leite (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

"Boa noite Senhor Presidente, na pessoa de Vossa Excelência cumprimento de todos. E aproveitando este clima de boa disposição, se me permitem, eu é mais bolos, ou seja, eu e mais escola.

E por isso cá estou outra vez. Queria saudar aqui o nosso Presidente e pedir-lhe o favor de nos esclarecer, uma vez que eu não aqui não represento nenhum agrupamento em particular, portanto, sou uma cidadã de Aveiro e represente-os a todos, mas fiquei preocupada com 2 questões. A primeira é saber se a obra da Escola dos Areais, como estava previsto, irá ou não iniciar em Setembro? Se não, quando é, para haver organização do ano letivo. E a outra diz respeito à obra da Piscina e do Pavilhão do Alavário, que como sabe é também de uso do agrupamento escolas José Estevão. E, portanto, do ponto de vista organizacional e do ponto de vista do planeamento de um ano letivo que se está agora a iniciar, é preciso chegarmos aqui a acordo e saber, quando é que começam as obras e como é que vamos, e onde é que vamos pôr a nossa rapaziada a fazer Educação Física, porque com esta coisa do confinamento, a malta começa a ficar mais, apetece menos e, portanto, temos que ter soluções. E, portanto, como eu diria e como diria o Herman, eu cá é mais bolos, ou seja, eu cá e mais escola. Disse."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³³

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

"Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes e os que nos assistem em direto. Dizer que o que se vê deste debate, é algo de curioso e que demonstra bem a dificuldade que é fazer oposição a este executivo e àquilo que está a ser feito por Aveiro. Aliás, as colegas, Ângela e Catarina já fizeram um retrato de tudo e fizeram um retrato tão completo daquilo que era Aveiro antes e daquilo que é Aveiro hoje, que de facto não sei se irei acrescentar muito mais.

Mas mesmo assim vou tentar elencar aqui alguns pontos que me parecem importantes.

Esta forma de fazer oposição, de facto, tem sido pautada por uma grande dificuldade, porque alguém que eu até estimo muito há muito tempo, me desafiou a fazer um exercício para além daquela linha pura de gestão e da sustentabilidade das contas públicas. E eu confesso que recebi esse feedback e tentei eu próprio fazer um exercício sobre o que é que eu fazia de diferente. E tenho de dizer que é muito difícil. Porquê? Porque aquilo que marca a ação deste executivo nestes 2 últimos mandatos é super completa em todas as dimensões e em todas as áreas. Na área da Educação. Logo aqui na área de Educação eu lembro-me sempre dos tempos em que este líder deste executivo era presidente da Câmara Municipal de Ílhavo e nós aqui em Aveiro bem que dizíamos que, de facto, gostaríamos nós, de ter um parque escolar como o que estava em Ílhavo. Porque efetivamente lá, aconteceu uma revolução naquele tempo. E que é a revolução que está a acontecer agora. Reparem, apenas nestes pouco mais de dois meses deste relatório da atividade municipal, temos aqui, em Nossa Senhora de Fátima a EBI do primeiro ciclo de Eixo. Bom Sucesso e Barrocas, temos mais de 7 milhões de euros investidos. E isto não é conversa, isto é ação, isto é concretização. Isto é fazer efetivamente pela Educação.

É claro que até 2023 tudo estará feito. Porque é isso que está de acordo com aquilo que foi estabelecido na Carta Educativa. E, portanto, isto não é mesmo conversa. Isto, obviamente, o Partido Socialista, por exemplo, que disse sempre que não, não, eu baixava a dívida e cortava no investimento. Bem, certamente não é aqui nestas escolas que iria cortar, nem na área da saúde, nem na área da cultura, nem na área da habitação social, nem na área económica, na área industrial, na área da qualificação urbana.

Portanto, tudo isto que está a ser feito é de facto um exercício muito completo e que está a transformar Aveiro e as freguesias todas, num antes e num depois.

Para realçar outros pontos que vêm nestes poucos mais de dois meses de actividade. Obviamente, os apoios às Associações é importantíssimo. As piscinas e o pavilhão lá está, mais uma daquelas que, desde que sou miúdo que frequentava aquele pavilhão e aquelas piscinas e aquilo pouco ou nada mudou nestes anos todos, agora vai haver um depois e é bom.

Agora estes problemas de onde é que vão colocar os alunos da José Estevão, são os bons problemas da vida. Porque significa que daqui a um tempo eles vão estar numa piscina e num pavilhão muito qualificados e, portanto, com muito melhores condições para que possam ter as suas atividades desportivas no seio da escola.

O parque nascente da estação é mais uma daquelas do antes e depois. Nós nem nos lembramos o que é que era aquele terreno baldio, cheio de poças de água quando chovia, que era uma miséria e vemos aquilo que está lá hoje. E que não é uma peça isolada. Isto é uma peça de um puzzle coerente que tem a ver com a própria obra da estação que foi inaugurada recentemente e por isso foge do âmbito deste relatório.

Mas depois tem a ver com a própria Avenida, com a obra do Rossio, a ponte de São João, todo toda a ligação, eu diria até à rua da Pêga. E que se não estou em erro, foi no dia 22 de Junho que ela foi inaugurada, correto. Eu julgo que foi dia 22 de Junho. Eu estava numa viagem do Algarve, enchi o meu depósito de gasóleo ao preço de 1.56 euros, uma anormalidade de impostos sobre os combustíveis, e vinha precisamente ouvir, porque não pude estar presente nessa inauguração. Aliás, até diria mais Senhor Presidente. Eu não sei o que é que fez, mas ainda este fim-de-semana, eu passei lá duas vezes, porque acho que até os flamingos gostaram da obra. Eu nunca tinha visto tantos flamingos na minha vida na Ria como este fim-de-semana. Mas pronto, este é um aspeto em nota de rodapé que eu acho importante.

Ó Rui vir aqui queixar-se dos concursos públicos ficarem vazios e não estarem a acontecer as coisas é recorrente. Já foi referida a escola dos Areais, o próprio Crematório que conhece muito bem o processo também ficou sem concurso. É que de facto isto são as coisas

que se passam hoje em dia. E, portanto, que atrasam muito este planeamento e que tornam a gestão do município mais difícil.

O colega independente referiu, eu tenho que realçar também, a questão das obras de alargamento da passagem sobre a linha férrea da Avenida Europa. É uma obra estruturante e da máxima importância. E é importante fazer a referência que esta obra é uma obra que foi uma contrapartida muito bem negociada pela Câmara Municipal com o projeto de expansão do centro Glicínias. Portanto, isso é importante realçar, mas depois há questões aqui também imateriais da máxima importância. Nomeadamente a homenagem que se faz àqueles que deram muito a Aveiro. E aqui falo em concreto de Dom António Francisco dos Santos, nome dado a nova Avenida e em que os 3 arcanjos (Miguel, Rafael e Gabriel) o terceiro está precisamente agora a iniciar a obra de Esgueira. Eu acho isto, de facto, importante porque foi uma pessoa muito querida para todos nós. Foi com muita tristeza que o vimos partir e, portanto, eu tenho que referir isso.

E só para que passemos de uma vez por todas daquele discurso de palavras aos actos, a questão do bairro de Santiago. O bairro de Santiago, só para concluir, o bairro de Santiago é uma obra notável que há 30 anos que ninguém lá fazia nada. Há 12 de blocos de apartamentos já completamente concluídos e mais 10 estão neste momento em obras. E para que vocês imaginem que isto, de facto, tem a ver com pessoas e famílias, são eles os blocos, 1, 2, 4, 6, 7, 9, 17, 21, 29, 30, 35 e 36. 4 pisos, blocos de um lado e de outro, são famílias que lá vivem, que hoje tem muito melhor qualidade de vida, por causa daquilo que foi feito. Disse."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[035](#)

"Muito obrigado a todos. Rui Alvarenga, o que estamos a fazer em relação ao projecto do CIROA o nosso canil intermunicipal, é fazer uma revisão profunda do projeto, porque aquilo que detectamos destas conversas com o mercado, que não se interessou. Estudou, mas não se interessou no sentido de apresentar propostas válidas para podermos adjudicar. É uma revisão profunda. Uma nota muito sumária. Basicamente, a grande revisão que quer dizer depois no fim, algumas alterações de alguma profundidade em compromisso do projeto, tem a ver, por exemplo, com a componente da serralharia que têm uma presença muito forte nos 3 edifícios. A solução que queremos implementar é uma solução de adoptar estruturas pré-fabricadas, porque de facto hoje os empreiteiros têm nalgumas áreas de especialidade obras com muitas carpintarias, obras com muitas serralharias e têm muita dificuldade a encontrar no mercado recursos humanos para fazer este tipo de obra, em que é uma exigência muito forte de mão-de-obra. É o caso nas serralharias. Para lhe dar um dos exemplos, o mais extenso, naquilo que é a revisão dos 3 projetos, para nós podermos terminar este trabalho e lançarmos um terceiro concurso. Esta é a decisão que temos tomada no quadro dos 11 municípios.

Só lembrar ao Rui, porque provavelmente esqueceu-se o facto de termos 3 pólos, Ovar, Aveiro e Águeda, que se vai somar ao polo de Ílhavo, que continuará a ser parte deste sistema, não quer dizer que Albergaria, a Murtosa, Vagos e os outros estejam excluídos! Negativo. Portanto, cada um destes pólos vai estar referenciado a um grupo de municípios com quem se faz o trabalho da recolha e da gestão dos animais, nomeadamente os animais abonados na via pública. E, portanto, não esqueça que nós não vamos só construir, nós vamos montar um mecanismo de gestão, para podermos recolher os animais na via pública e cuidar deles com competência médica veterinária. É este o trabalho que estamos a fazer. Eu lembro, é muito difícil para nós ter um segundo concurso que não tem interesse, que o mercado não se interessou a concorrer, enfim, eu lembro, ainda agora o Filipe estava a falar, em Santiago o nosso primeiro grande concurso que foi qualificar 55 apartamentos em

Santiago, inabitáveis, tal era o miserável estado a que eles chegaram, só ao terceiro concurso e que tivemos concorrente. E tivemos que perceber e falar com o mercado a razão de não concorrerem. E uma das críticas foi aquela que reformámos, foi exatamente as carpintarias. Porque já naquele tempo já não havia carpinteiros para ir lá mudar uma porta ou mudar um armário da cozinha. Não. Só percebemos isto quando o segundo concurso fica em branco, fica deserto, e na montagem do terceiro tivemos que aumentar o custo, porque a reforma das carpintarias tem a ver com as portas, especialmente e com as cozinhas, tinha que ser global por conjunto de portas e por conjunto das duas peças principais de uma cozinha, porque senão não tínhamos carpinteiros disponíveis para fazer aquela tipologia.

Foi por isso que ao terceiro concurso tivemos candidatos. São este tipo de coisas que, infelizmente, se estão a agravar e nós estamos e agora já não é notícia do município de Aveiro, é notícia do país inteiro. E isto é um problema grave do país. Não há gente que queira trabalhar neste sector, os que querem obviamente em Espanha ou em França aqui ao lado, ganham muito mais dinheiro que em Portugal. Temos problemas de disparo, disparo mesmo, dos preços de algumas matérias-primas, de que o ferro é uma delas. Mas há subidas dos preços na madeira, no pladur, quebras de fornecimento em tudo o que é pvc, portanto vivemos uma situação muito complicada na construção civil.

E o país, a Câmara de Aveiro, as Câmaras do país e os vários departamentos da administração central, o IRHU por exemplo, há um plano de obras enorme para os próximos anos e não há empresas. E isso é uma preocupação dramática o que está a acontecer já agora e ainda não começou o PRR, na incapacidade de resposta. E depois a reforma do Código da Contratação Pública, que é um disparate, porque não resolve os problemas deste mundo em que estamos a viver, e que por exemplo o preço base dos concursos devia voltar a ser à moda antiga, o preço mínimo, e não o legislador continua a querer que seja o preço máximo a regra e obviamente depois os não vem porque uma das consequências da situação que estamos a viver e o aumento dos custos da construção civil. Portanto é neste quadro que estamos a trabalhar na CIRA e que vamos continuar a trabalhar. Revisão do projeto nestes termos que lhe estou a dizer, para lançarmos um terceiro concurso, porque continuamos a acreditar na importância da obra obviamente.

E, portanto, apenas são as circunstâncias que nós temos. E como Rui compreenderá teríamos muito gosto de ter a obra em curso, mas o mercado, nós não mandamos no mercado. Nós lançamos concursos numa leitura de que o mercado se interessa por eles, mas sabemos que, maioritariamente é assim e no nosso município e na zona de Aveiro é larga a maioria dos casos em que temos a resposta do mercado, mas há situações que são crescentes, infelizmente, em que o mercado diz não.

E hoje o mercado diz cada vez mais não. E não é pelo preço. É que não têm capacidade para fazer mais. A carteira está cheia para um ano dois anos e eles não têm mais capacidade de resposta, não há capacidade de recrutamento de recursos humanos, porque não há recursos humanos disponíveis.

Filipe não é só o elevador. É o elevador e toda a estrutura que precisa de ser qualificada daquela passagem superior. Temos esse compromisso com o IP, além do facto da nova ligação que aquela ex-passagem de nível vai ter com as obras que estão a acontecer na Avenida Europa, sobre a linha do Norte, vão seguramente assegurar as condições de acessibilidade para os modos suaves. De quem anda a pé ou quem anda de bicicleta.

E, portanto, complementarmente à obra que está em curso junto ao à rotunda de São Bernardo, há uma obra a seguir que é a obra de ligação dessa passagem inferior para vir ter exatamente a este ponto onde está o elevador da passagem superior. No entanto, temos ali uma negociação em curso para comprar uma parcela de terreno, porque, como o Filipe conhece há ali um estrangulamento que, além do mais, torna aquela passagem altamente

insegura e dada com mais facilidade do que o que é normal a actos de vandalismo. Portanto estamos ali a negociar uma parcela de terreno para alargar aquele corredor pedonal e melhorámos também a segurança passiva, de forma a que a passagem possa ser mais atrativa e para que as vezes que o elevador é destruído, possa pelo menos baixar, que é o problema que ali temos há muitos anos, não é nada de novo.

Quanto à acumulação de lixo de Cacia não lhe consigo dizer. Não temos nota dum problema regular. Houve uma questão pontual, enfim, se alguém disse ao Filipe disse-lhe a verdade. Houve uma avaria de um camião, não sei exactamente. Mas quando são coisas desta natureza eu peço sempre que me envie por sms ou mail notificando, para que o mais rápido possível nós possamos ter alguma atitude corretiva. E só temos que agradecer.

As obras de habitação social de São Jacinto não estão paradas. Estão terminadas. Nós dividimos aquela obra em duas componentes. Uma primeira que é a que está terminada, repito faltam pequenos pormenores. Mas a prioridade foi tratar do problema que aquele bairro tem, de entrada de água pelos telhados. E, portanto, tivemos um trabalho de impermeabilização total daqueles telhados. A obra correu bem, com alguns problemas, são obras sempre muito difíceis. Entrar na casa das pessoas e renovar, não sei se o Filipe entrou alguma vez nalguns quartos ou mesmo algumas cozinhas, que era inacreditável como é que as pessoas viviam ali por causa da presença de água e dos fungos que depois se desenvolviam. E agora que estamos a terminar o projeto da segunda fase, que é tratar por dentro porque, obviamente, não faria sentido estar a tratar por dentro e continuar a entrar água. Portanto não há paragem nenhuma. Há apenas o fim de uma primeira fase.

E lançaremos concurso proximamente para arrancarmos para segunda fase.

A ideia, já anunciei publicamente, vou repetir com todo o gosto, a ideia que temos, a opção está tomada depois de uma discussão interna que tivemos sobre o futuro do Edifício da antiga biblioteca, é instalarmos lá, não temos ainda o nome formal, um Centro Interpretativo da Bienal Artística de Cerâmica de Aveiro.

Nós temos uma Bienal com uma história fantástica. Temos uma coleção de obras, especialmente dos premiados da bienal que é algo de grande valor, de escala mundial, porque temos gente que contribuiu de todo o mundo, e temos isto guardado nas reservas. Isto não faz sentido. E a forma de manter a bienal viva todos os dias, também como um contributo para a elevação da sua presença no mundo, da sua atratividade, etc, é nós musealizarmos. Numa lógica dupla, de exposição que tem que ter algum dinamismo, porque a perspetiva museológica é não termos sempre a mesma exposição, é ela ter mutações, mas nesse quadro das obras premiadas nas nossas bienais. E depois um elemento agregado mais ligado à função educativa. Acções de informação histórica, acções de sensibilização para as práticas modernas da cerâmica que não só as da cerâmica artística.

Ainda recentemente assinámos um protocolo de colaboração com a Faculdade de Belas Artes de Lisboa, um parceiro muito importante, enfim, a vários níveis, e nomeadamente na Bienal deste ano 2021 e, portanto, é por aqui.

Depois numa lógica urbana dar boa presença ao valor patrimonial histórico da maior parte do edifício. Embora ele por dentro foi muito abastardado no projecto de arquitectura para instalação da biblioteca. Mas nós vamos resolver esse abastardamento, porque discordamos dele. E somar-lhe uma peça completamente nova, com qualidade urbana, mas com um contraste profundo em relação a parte histórica que queremos preservar, virada para aquela pequena praceta que nós chamamos na brincadeira das magnólias, do lado da Avenida, junto da praça que vai ganhando a sua a sua forma final. Portanto foi esta a opção que tomámos, estamos a preparar o procedimento para contratar projetista, para avançarmos com esta operação que vamos contratar projeto para reabilitar o edifício, construir a peça nova, resolver as patologias e também projetar o sistema expositivo porque

queremos que ele tenha uma relação muito íntima com o edifício ele próprio nesta sua dupla personalidade antiga e a moderna.

João Moniz. Já falámos, mas das duas uma, ou o João quer perceber bem o que estamos a fazer na CIRA e o que estamos a fazer ou quer fazer politiquice? Como só quer fazer politiquice ficamos por aqui.

Só apenas dar nota a toda a gente. Aquilo que está previsto nos Bio-resíduos dizer que os Bio-resíduos já existe. E que nós em Aveiro todos pomos para o contentor cinzento. Aquilo que está previsto é nós tirarmos o Bio-resíduos do contentor cinzento e passarmos a ter uma recolha seletiva.

O estudo que está feito e que vai continuar a ser desenvolvido, diz que nós, os 11 municípios da CIR, precisamos de investir 7 milhões de euros para implementar o sistema. E que o sistema vai custar por ano a funcionar cerca de 1,9 milhões. Portanto temos uma fase inicial que é uma fase de investimento, é preciso investir e, eventualmente usando fundos comunitários que acredito que o próximo quadro vai ter, como o atual tem tido.

E, portanto, se vier fundo perdido, baixa aquilo que vamos ter que meter para a tarifa. Agora a lógica positiva é que os estudos que temos, é que poderemos em velocidade cruzeiro, quando o processo de recolha seletiva dos Bio-resíduos estiver a funcionar em velocidade cruzeiro, podemos ter uma estrutura tarifária mais baixa do que a que temos hoje.

Nós pagámos alguma coisa da recolha seletiva do vidro, do cartão e do plástico? Não. Mas se puséssemos o vidro, o cartão e as embalagens, dentro do contentor cinzento claro que pagamos.

Portanto é esta a visão total e séria. João não vale a pena estar a mentir de que vamos pagar mais. Não é assim. Apenas há uma fase de investimento que é preciso arranjar dinheiro para investir, embora a maior parte do dinheiro (é minha profunda convicção) virá dos fundos comunitários. Há um custo de implementação. Nós próprios vamos anunciar muito proximamente o projeto-piloto. Mais um projeto-piloto que os municípios portugueses irão desenvolver. No nosso caso será o primeiro. E encontrar a modelação, mas com o objetivo de melhorarmos muito a nossa prestação ambiental. E se as coisas correrem como estão previstas, vamos chegar a essa velocidade de cruzeiro, e o custo para o orçamento da Câmara e o custo para o orçamento familiar, da taxa de resíduos, poderá se inclusivamente inferior ao que temos hoje. Isto é o que está no estudo que apresentámos sumariamente naquela conferência da CIRA que realizamos no âmbito das jornadas do Congresso em Estarreja.

O Congresso é uma coisa muito interessante. Não sei se acompanhou alguma coisa? Perguntou quais as medidas concretas. Olhe não faltam obras. Obra do desassoreamento, revisão do plano intermunicipal do ordenamento, grande rota da região de Aveiro, que inclui a rota dourada e a rota verde, Baixo Vouga lagunar. Amanhã estamos a apresentar projetos de 35 milhões de euros. Se há Congresso com iniciativas (e tem sido essa a tradição da CIRA) em que estamos a falar de medidas concretas é este. É evidente que o Bloco de Esquerda sempre quer viver no seu mundo de mentira e de demagogia onde nós não vamos estar a viver.

Raúl Martins. Estrada dique. Raúl uma nota muito sumária. A quantidade de pedra que se colocou em cima do enrocamento pré-existente é muito reduzido. Basicamente, aquilo que se colocou adicionalmente ao que lá existia foi para fazer colmatação. Não se fez um enrocamento novo. Lembrar-se-á o Senhor Dr. quando fizemos o enrocamento por exemplo da Biarritz na Costa Nova, que foi feito um enrocamento novo de raiz, completo. As incidências que tínhamos ali é que aquele enrocamento está bem. Vou repetir. As incidências e as análises que temos hoje é que o enrocamento de mil metros está bem. Não há problema nenhum com o enrocamento. Não era preciso em boa razão técnica, estarmos

a destruí-lo e construir um de raiz. Obviamente que fazendo de raiz, fazia-se como se fez na Biarritz, como sabe enquanto presidente da APA, se fez em tantos sítios, que foram enrocamentos de grande qualidade. Com pedra arrumada á mão, como se diz. Mas aqui não se fez enrocamento.

Ali manteve-se o enrocamento existente e fez-se colmatação. E nalgumas falhas com uma tela de geotêxtil para fazer o assentamento das pedras novas sobre as pedras velhas que eram a esmagadora maioria. Pronto, foi esta a nossa opção. É evidente que ficaria mais bonito tirar aquele enrocamento todo e fazer de novo, arrumado à mão? Pois com certeza. Só que a obra em vez de custar 2 milhões teria custado 5 milhões. Mas não é só isso. É que iríamos mexer numa estrutura que está estabilizada há muitos anos. Em 20 metros surgiu (foi a questão que o Francisco Picado colocou) em 20 metros, surgiu uma questão que não estava ponderada por ninguém. Foi o desaparecimento de cerca de 1000 metros cúbicos de pedra numa noite, de uma segunda para terça-feira. Fizemos um levantamento topo hidrográfico imediatamente. Foi nesse mesmo dia em que foi detetado, faz amanhã 8 dias, e o que é que aconteceu, está provado no levantamento, a pedra que estava aqui deslizou toda para o fundo. Não tem nada a ver com a obra. Quem é sério, não é aqui como o Francisco Picado sempre a tentar denegrir tudo e todos, o que aconteceu ali tem a ver com um fundão que ali existe provocado em primeira instância pelos remoinhos de maré vazante, que ali se provoca. Se vocês lá forem e olharem vão ver que aqueles 20 metros tão exatamente no enfiamento do canal que faz a descarga da maior parte da água que sai na vazante do Salgado do Norte aveirense, que é imenso. E como as marinhas estão quase todas rotas, cada vez mais a quantidade de água que sai em cada maré baixa é cada vez maior. Porque antigamente não acontecia isto. Porquê? Porque as marinhas guardavam a água. Agora as marinhas contam-se pelos dedos das mãos, aquelas que guardam água. A maior parte delas estão rotas ou afundadas. É isto que aconteceu ali. E agora estamos a fazer um trabalho sério com os nossos projetistas, com outras empresas que fomos buscar para ajudar a perceber bem o problema, estudá-lo com todo o pormenor e tomar a medida naquele troço. Seguramente que passará por fortalecer a base do enrocamento e a sua relação com o fundo do canal, para que um outro deslizamento no futuro não venha a acontecer.

Portanto, Francisco é uma coisa a este nível. Agora vamos continuar o trabalho para fazermos a verificação. Perguntou o Francisco, e a relação disto com o Rossio? Ouçam não tem nada a ver. Nós comparamos o Rossio com a ponte São João. A ponte São João está numa mesma estrutura do solo que o Rossio. Está ao lado do Rossio. As estacas foram postas a 35 metros de profundidade e as do Rossio vão ser postas a 28 metros.

Portanto há uma analogia, correu bem a obra da ponte São João. Mas também tivemos lá amargos de boca. Também tivemos lá as suas questões técnicas. Foram todas resolvidas. Nós acreditamos na engenharia portuguesa e temos bons motivos para acreditar. Portanto, Francisco, a questão em si que está na origem daquele problema. É uma questão profundamente diferente das questões que nos apareceram na Ponte de São João ou que poderão vir a aparecer no Rossio. Mas terão mais similitude com a ponte de São João, porque a plataforma do solo do Rossio, ou da relação com o canal é diferente. Temos uma relação de muro estabilizado há muitos anos, quando ali temos uma relação de enrocamento que também estava estabilizado há muitos anos e que teve ali aquele episódio. Já tivemos oportunidade de reunir com mergulhadores que ali fazem mergulho, aliás, já tivemos oportunidade de ver vídeos feitos por eles há anos, para vermos o que ali naquele sítio ou que havia de diferente.

Portanto é desta forma séria que nós estamos a tratar do assunto, arranjar uma boa solução e, obviamente, a obra é uma obra excelente. Quem já lá foi sabe. Passámos a ter mais um sítio excelente, agradável, seguro, com uma ponte. Não sei se alguém já viu os

ensaios de luz muito interessante, portanto é por aqui que nós estamos a desenvolver esse esse trabalho.

E o Rossio vai começar brevemente, nos próximos dias. Estamos a arrancar formal e substantivamente com a obra. A obra ela vai começar por uma parte que são as vistorias a todos os edifícios da fachada contígua, arredondando a conta, entre o Hotel Palace e a Ponte de São João. Portanto toda esta frente urbana de acordo com a lei e com as regras, vão ser todas alvo de vistoria para o devido acompanhamento como mandam as regras.

De resto está tudo a ser preparado. Montar estaleiro de obra, etc, e começaremos a obra com um apontamento a este nível. Depois a obra digamos mais pesada de começar a bater estacas, meter Jet-grouting, instalar paredes moldadas, isso arrancará logo que esta primeira fase esteja cumprida, ali entre os meados de Setembro e os inícios de Outubro.

Jorge Greno e a questão da Pensão Barros. Olhe, nós não vamos pôr ali tela nenhuma. O nosso trabalho ali é pressão para que aconteçam coisas boas. E coisas boas ali é obra. Portanto nós temos a Fundação Pascoal, neste momento (deixa-me só dizer assim, porque não devo estar aqui com revelações sobre a vida de outras entidades), está vendedora e a Câmara já aprovou o projeto à entidade que está compradora.

E eles precisarão muito do terreno da pensão barros para poderem fazer o terreno completo no edificado deles, que é o tal que está todo amarrado como vocês referenciaram. Portanto é aquilo que nós queremos. Eu não ando aqui para "tapar o sol com a peneira". Pôr telas para tapar o que está feio! Não é o nosso trabalho. O nosso trabalho é motivar e incentivar a pressionar os privados a investir. Todos nós conhecemos a Fundação Pascoal, não é um operador imobiliário, não é uma entidade interessada em construir, pronto. Obviamente tem o seu critério de valor patrimonial e, portanto, negociou. Como todos sabemos não vendemos facilmente o nosso património. Portanto estamos muito confiantes porque o projeto já está aprovado, vai ver a luz do dia, e daqui a pouco tempo o que lá vamos ter é mais obra. E é isso que nós queremos ver ali. Infelizmente o projeto que já estava aprovado para a pensão barros, houve um desentendimento entre os sócios, e as coisas não andaram. Mas já temos um sinal de que ocorrerá. E preocupa-nos muito, mas da pensão barros não porque já não cai em cima de ninguém.

Agora aquela casa da Fundação Pascoal, obviamente. A nós e a Fundação, com quem temos uma relação da equipa impecável, preocupa-nos. Mas o que queremos lá é uma construção nova e julgo que as coisas vão por esse caminho.

Os exemplos vários que o Jorge Greno deu sobre estes edifícios abandonados, são basicamente questões de privados. Muitas das vezes pessoas que já não vivem cá, que se desinteressaram do seu património, que o têm à venda, mas que querem valores que o mercado não quer pagar. E a capacidade de uma Câmara Municipal agir legalmente sobre essas matérias é no nosso Direito muito reduzido.

É evidente que nós podíamos pôr-nos a comprar tudo ao preço que o mercado quer. Mas nós não temos condição financeira, legalmente não o devemos fazer. Seria um disparate e um mau sinal ao mercado. Mas, obviamente, acompanhamos muitas situações, vamos pressionando, as mais evidentes e as menos evidentes. Hoje o Jorge Greno trouxe algumas mais evidentes, mas algumas menos evidentes existem, só uma delas de memória é que não a tenho presente. As outras duas, tenho-as de boa memória, mas vamos continuar esse processo.

Quanto à questão colocada da Energia Jorge, é hoje dos maiores problemas. E quando falamos dela à EDP, ao nosso operador, como é que se reforça a rede eléctrica para alimentar mais carregadores? Começam os problemas todos. E como é que se aumenta a necessidade de potência dos PT existentes? E quantos PT mais é preciso fazer? E onde é que se vão colocar? Ouçam, são só perguntas e vão sendo muito poucas as respostas que vamos tendo. Nomeadamente em zonas urbanas, onde não há muito de novo para fazer.

Zonas consolidadas, onde temos, obviamente, para aumentar o fornecimento de energia aos modos elétricos, nomeadamente aos automóveis, é preciso usar a área urbana que temos e o espaço público ou privado. E aí há estrangulamentos diabólicos. Em regra, fogem desse tema. Mas obviamente que ele tem de ser encarado de frente, porque há muita demagogia ou pelo menos uma abordagem parcelar nestas coisas do carregamento elétrico.

A energia tem de vir de algum lado. Os PT têm que existir nalgum sítio. Um dia havemos de ter energia por Wi-Fi, mas o processo de transferência de energia por Wi-Fi ainda está em regime experimental. Enfim quem sabe um dia, mas estamos longe desse dia. Mas é uma matéria que está em cima da nossa mesa de trabalho.

Obrigada à Presidente Ângela pelas referências claras e politicamente muito pertinentes que nos trouxeram. Nós, de facto, temos apenas um compromisso que os nossos cidadãos que é cumprir o compromisso (que está a ser cumprido) o balanço de cumprimento é de grande nível, mas isso está no sítio que interessa, que é na vida das pessoas.

Era bom também que tivéssemos o discurso político sério e cristalino de todos. Mas aí não temos companhia na esquerda e nem na extrema-esquerda. Não é isso que nos vira um milímetro do nosso caminho. O nosso caminho é servir as pessoas, é prosseguir um trabalho de desenvolvimento urbano, com políticas em todas as áreas, materiais e imateriais. É por aqui que andámos e é por aqui que vamos continuar a andar, porque é isso que interessa aos nossos concidadãos.

Glória em relação aos Areais. Se correr bem este concurso, não há obra a começar antes da paragem lectiva do Natal. Ok. Nós temos 2 meses de concurso, 2 meses mínimo de visto do Tribunal de Contas e, portanto, se correr tudo bem, nós estaremos a conversar sobre a mudança dos Areais para uma escola provisória no Natal. Portanto em relação a Setembro/Outubro, obviamente que não há qualquer condição. Mesmo tendo nós empreiteiro para adjudicar. Esperamos muito, obviamente, que venhamos a ter empreiteiro para fazer a adjudicação da obra. Mas nessa como em todas as outras, sempre trabalhamos juntos para arranjar as melhores soluções a esse nível.

Quanto à obra da piscina pavilhão, nós temos já tivemos uma reunião recente com o nosso empreiteiro, estamos para ter agora uma segunda, para ele nos entregar o cronograma com exactidão, mas aquilo que está definido nesse borrão, embora faltem os números mais exatos, é durante o mês de Setembro as obras começarem. Portanto neste tempo que temos pela frente, vamos cuidar de fechar todas as instalações que provisoriamente ou transitariamente vamos precisar de utilizar para cumprirmos os objetivos, que estes dois edifícios têm cumprido e que, obviamente, queremos que continuem a cumprir.

Agradecer também ao Casimiro Calafate, também as notas que partilhou connosco. E Filipe Thomaz, também referências importantes que fez ao trabalho que estamos a fazer. Muito obrigado Senhor Presidente,"

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE)⁰³⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por concluída a apreciação da Informação Escrita.

(Entretanto saiu da sala a Vogal Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira)

Ponto 5 - Apreciação e votação da Moção: Pela construção de habitação pública no concelho de Aveiro.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁹ ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Proposta da Moção.

Vogal João Moniz (BE):⁰⁴⁰

"Muito obrigado Senhor Presidente. o problema da habitação como já é recorrente aqui, é recorrente por questões concretas da vida das pessoas. Existe um aumento drástico dos valores associados ao acesso à habitação. Durante muitos anos, era apenas a oposição, especialmente o Bloco de Esquerda, que fazia esse alerta, que fazia e que vincava esse assunto. Agora a própria Câmara também reconhece que este é efectivamente um problema. E é um caminho que temos feito aqui em conjunto e ainda bem que o estamos a fazer, dentro deste contexto, deste quadro de aumento drástico dos custos com a habitação, o Governo, o Estado Central, apresentou uma proposta, uma iniciativa, um plano, um esboço, para a construção de habitação pública a custos controlados, inserida no programa de arrendamento acessível nos terrenos públicos também, da antiga fábrica da Luzostela.

Esse é o contexto que agora estamos a discutir. E depois desse anúncio, toda a discussão que rodeia a habitação mudou, como também já foi aqui referido. E ainda bem que mudou. No entanto, sobre o assunto concreto tem havido no debate público em Aveiro mensagens contraditórias. Declarações do Senhor Presidente da Câmara, de destacados dirigentes da bancada da Aliança com Aveiro, que a uma dada altura, disseram que provavelmente até a câmara usaria o poder de veto através do licenciamento para impedir que aquela obra fosse feita. Porque supostamente havia ali planos de urbanismo. Mas nós reconhecemos que houve uma evolução de posicionamento e agora nas últimas vezes que o assunto foi discutido, até a bancada da Aliança com Aveiro e o senhor Presidente, disse que o executivo tem mostrado uma abertura para a iniciativa, seja ela qual for, seja ela dos 65 fogos, seja ela mais. Mas existe aqui um caminho que tem sido percorrido.

E esta Moção vem de certa forma, esclarecer, oferecer uma oportunidade, para os vários partidos assumirem uma posição definitiva sobre aquela iniciativa. Tendo em conta todas estas mensagens contraditórias o Bloco de Esquerda apresenta aqui uma Moção, que não é uma recomendação ao executivo, é sim um documento político que na sua redação procura o consenso, procura ser descritiva e, portanto, nós consideramos que está aqui a oportunidade perfeita para a Assembleia Municipal e as forças políticas que estão aqui representadas, declararem definitivamente se querem ou não querem e investimento público naquela propriedade, seja ela 65 apartamentos, seja ela 600, seja lá o que for.

A questão do projeto e da intenção de haver investimento público para resolver um problema concreto que muitos e muitas aveirenses sentem na pele todos os dias e nós consideramos que é importante que a Assembleia Municipal de Aveiro dê esse sinal ao Governo, assumindo uma posição. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

"Obrigada Senhor Presidente. O PAN já aqui referiu várias vezes que concorda e que está expectante relativamente a este projeto. Isto é uma preocupação nossa. Já reiteramos isto centenas de vezes e queremos muito perceber como é que isto vai ser conduzido. Agora, nós há uns tempos atrás, discordámos e votámos contra uma proposta aqui da maioria do CDS/PSD/PPM. Era aquela proposta do lamento e da moção do lamento, que foi uma proposta absolutamente inconsequente, que nós não acompanhámos. Ainda hoje não

percebemos muito bem o porquê. O que é que motivou aquele impulso. Esta aqui não tem aquela gravidade, mas também me parece algo absolutamente inconsequente. É uma proposta para salvar uma iniciativa que hoje referiu aqui que tem muitas ambiguidades. É verdade. Quer dizer, são 60, 65 70! De facto, eu não, aliás, nós nem sequer conhecemos e eu não conheço e peço desculpa, não estive atento, mas não conheço informação que foi disponibilizada pelo Ministro à Assembleia da República. E, portanto, não estou capacitado para fazer esta apreciação. De facto o João aqui referiu essa ambiguidade nesta proposta governamental, que parece-me, por princípio, parece-me bem e estamos expectantes e queremos muito perceber como é que ela se vai desenvolver. Mas, na verdade, a Moção aqui, per si, parece-me tão inconsequente como foi a que aqui foi apresentada há uns tempos atrás pela maioria.

Portanto, nós vamos optar pela abstenção, mas não é no sentido de não querermos isto. Nós queremos muito isto. Aliás, já validámos isto várias vezes, mas, de facto, parece-me uma Moção um pouco inconsequente. Nós vamos optar pela abstenção, mas não queria que concluíssem com isso que nós não apoiamos a resolução que está aqui implícita."

Vogal Raul Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

Obrigado, Senhor Presidente. O Bloco de Esquerda normalmente surpreende-nos no fim das sessões com algumas propostas que eu penso que praticamente se destinam a fazer prova de vida. A esta é mais uma. Fala sobre habitação construída pelo Estado para "aluguer". Tudo bem. Tudo o que seja contribuir para que as pessoas tenham acesso à habitação em melhores condições é óptimo. E espero que se vier a ser construído, como espero que venha, este processo que ajude factos as 60 e tal famílias a que isto se destina.

Agora o que custa é estar sempre aqui com estas moções de sobrevivência dum partido de esquerda. Deviam aprender com os outros partidos. O Bloco de Esquerda deveria aprender com outros partidos, que estando em risco de sobrevivência, arranjam outras soluções e tentam sobreviver.

Sou a favor da existência de mais habitação social, mas falta aqui um problema, é que postos perante uma situação deste tipo, houve já resposta da atividade privada. Onde penso que, talvez, não fosse necessário haver agora uma resposta pública para resolver o problema deste tipo. Principalmente quando a solução e o Estado tem muito mais onde gastar esse dinheiro. Mas se gastar nisso óptimo, fica construído. Sou basicamente a favor de que se faça isto, que se construa, que ajude algumas famílias aveirenses, isso é uma coisa. Agora para este peditório do Bloco de Esquerda não dou."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

"Muito o obrigado Senhor Presidente. O Partido que apresenta esta Moção há menos de um mês votou contra a edificação no nosso município de conjunto 238 apartamentos em regime de CDH. Hoje vem propor um louvor ao Governo por este ter manifestado a intenção e, neste momento é apenas a intenção, de construir 65 apartamentos exatamente no mesmo regime. Provavelmente esta construção será efetuada por uma empresa pública de construção, que não conheço, mas deve existir, neste Governo existe tudo, vou estar a atento, porque o Bloco é contra as empresas privadas porque geram lucros e duvido que haja alguma empresa privada, que vá construir para o Estado e que não tenha lucro. Ora isso vai contra o princípio do "negócio". O Bloco é contra, mas como se desconhece vai dizendo assim umas coisas.

Quanto às intenções do Governo relativamente construção acessível no concelho de Aveiro, temos presente a requalificação dos Bairros do Griné e do Caião, prometido há vários

anos, com a última promessa pública de que iria ocorrer ainda no decorrer do presente ano. Mas sem que se vislumbre que aquela requalificação, cuja urgência é conhecida, avance. Mas isto para o Bloco não interessa absolutamente nada. Como nada interessa o investimento feito pela Câmara Municipal na reabilitação de habitação de sua propriedade, conseguindo oferecer não só uma melhoria substancial das condições de vida de quem habita no Bairro de Santiago, como recolocar neste mercado um conjunto significativo de apartamentos que já estão habitáveis, curiosamente um número semelhante a esta intenção de construção, proporcionado assim e sem recurso a construção nova, casa a algumas dezenas de famílias que dela necessitava.

É óbvio que a apresentação desta moção é apenas fogo-de-artifício para mostrar pretensão de trabalho feito na Assembleia Municipal de Aveiro. Mas como também não é surpresa para ninguém não conte com o nosso voto. Esperamos pela reabilitação do Bairro do Griné do Caião e quando esta estiver feita, se eles trouxerem uma moção de congratulação pelo trabalho feito, apesar do atraso, e se não houver aqui os seis políticos que o Bloco gosta muito de juntar nas Moções, nós estaremos cá para votar. Até lá, somos contra este tipo de malabarismo."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

"Obrigado senhor Presidente. Duas notas sobre esta Moção. A primeira nota é obviamente uma nota relativamente à preocupação com a questão da habitação no concelho de Aveiro. E, portanto, esse foi um debate que foi feito, que está a ser feito, e que ainda vai perdurar no tempo. E depois há objetivamente aqui a questão do documento que nos é apresentado e sobre esse assunto, apenas uma nota.

O Partido Socialista obviamente que não precisa de moções do Bloco de Esquerda para saudar aquilo que entende que o Governo faz bem."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

"Obrigada Senhor Presidente. Muito rápido, só para dizer que isto é dos exercícios políticos mais pobres que podem existir à face da Terra. Estamos a falar de um partido que, tal como o deputado Jorge Greno já referiu, na última sessão da Assembleia Municipal votou contra e foi o único partido desta Assembleia Municipal que votou contra o CDH em Aradas. Teve a abstenção do PAN, do PS e do PCP, mas o único que votou contra foi de facto o Bloco de Esquerda.

Depois perderam aqui uma excelente oportunidade de explicar porque é que quando fizeram parte da geringonça, em que efetivamente não eram o Governo direto, mas faziam parte de um arranjo governativo neste país, não tiveram uma ação concreta para resolver os problemas das pessoas estavam no Caião e no Griné. Quando essas mesmas pessoas que aí moravam viam o que estava a acontecer no bairro de Santiago e outros bairros sociais. Aí, verdadeiramente perderam o vosso momento de ter uma influência, uma ação positiva para com as pessoas que vivem no Caião e no Griné. Disse."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[047](#)

"Senhor o Presidente, sobre a limitação, antes de entrar diretamente na proposta, queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. Neste mandato, quanto é que a Câmara já investiu em habitação social no concelho de Aveiro. E quanto é que o Governo ou o IRHU no mesmo período investiram no mesmo concelho?"

Voltando à proposta. A proposta é "saudar a iniciativa do Estado Central em edificar habitação". E quanto ao partido proponente, temos de dizer algumas coisas.

Enquanto apoiante do Governo Central apoiou 5 Orçamentos de Estado que nunca tiveram um cêntimo para Aveiro na área da habitação. Enquanto Partido nunca se insurgiu contra o Governo e o IRHU sobre a sua não aplicação de qualquer verba em Aveiro. Enquanto partido, nunca aqui valorizou o enorme investimento deste executivo na requalificação do parque habitacional da Câmara. Enquanto partido nunca aqui criticou o Governo ou o IRHU sobre o seu não investimento nos seus bairros do Griné e do Caião. Vem agora pedir o nosso apoio a uma proposta, dum projeto que ainda não existe e que ninguém conhece. Este partido votou aqui contra um projecto de habitação em CDH em Aradas, que vem trazer a Aveiro 238 habitações a custos controlados.

Votaremos favoravelmente as propostas que tragam habitação apoiada a custos controlados. Venham elas da Câmara ou venham, eles do Governo, venham seja de quem for. Mas não bajulamos, apoiamos projetos. Logo com esta proposta que assenta só e intenções, não pode ter a nossa apreciação positiva."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[048](#)

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[049](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Respondendo diretamente ao PAN, Senhor deputado Rui Alvarenga. Nós trazemos aqui à discussão um documento político. Nós não temos nenhuma ilusões sobre isso. Não é uma recomendação à câmara, é um documento político, que nós trazemos à discussão para que as forças políticas aqui representadas na Assembleia, um órgão representativo da democracia local em Aveiro, tomem uma posição sobre uma iniciativa. É apenas isso. Essa é a nossa proposta.

Sobre a bancada da direita, tanto o CDS como o PSD, tiveram oportunidades no passado de votar aqui também nesta assembleia, uma moção que exigia perante o Governo, era uma moção que fazia com que a Assembleia Municipal tomasse uma posição perante o Governo, para a requalificação desses bairros do IRHU. Como é que a bancada do PSD votou, como é que a bancada do CDS votou? Votaram contra.

Agora o senhor deputado descobriu que aquelas habitações estavam degradadas. E agora instrumentaliza uma questão grave. Existe um passivo que o Governo tem que responder perante aquelas pessoas, sem dúvida nenhuma.

E, por isso, é que o Bloco de Esquerda ajudou a formar maiorias, ajudou a formar maiorias para criar, por exemplo, a Lei de Bases da habitação que garante instrumentos para atuar sobre situações como aquela, mas o executivo e os senhores deputados que apoiam, fez alguma coisa para Aveiro ter o seu próprio documento da estratégia da habitação para poder aceder a fundos para a investir na habitação? Que eu saiba, que eu saiba, não.

O Bloco de Esquerda muitas vezes trouxe aqui questões e perguntou ao Senhor Presidente porque é que a câmara e de Aveiro não aderiu ao "primeiro direito" e Senhor o Presidente recusava sempre. Dizia que não era preciso que não fazia sentido. Esse teria sido um instrumento absolutamente fundamental para resolver estas questões.

Eu nunca via a bancada do PSD e do CDS a interpelar o Senhor Presidente, a fazer-lhe questões, porque é que a Câmara Municipal não aderiu ao "primeiro direito"?

Portanto a preocupação do PSD e do CDS com as questões da Habitação é tardia. Tem laivos de oportunismo, mas se der para resolver algumas questões ainda bem. E nós cá estaremos para interpelar o Governo central sobre o seu passivo em relação à

requalificação da habitação social sob a sua alçada no município, mas também estaremos aqui para interpelar o executivo de Ribau Esteves e que a bancada do PSD e do CDS apoiam, sobre o seu passivo também em questões de habitação e de políticas de habitação. Disse."

Não se verificando mais intervenções, colocou à votação⁰⁵⁰ o Ponto 5 - Apreciação e votação da Moção: Pela construção de habitação pública no concelho de Aveiro, sendo a mesma rejeitada, com vinte e dois votos contra (PSD16+CDS5+IND1) oito abstenções (PS7+PAN1), e três votos a favor (BE2+PCP1).

Seguiu-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁵¹

"Serei breve. Só para explicar o nosso sentido de voto. O PCP acompanha a preocupação essencial desta Moção, que era de alguma valorizar o investimento do Estado Central na Habitação, não desresponsabilizando a autarquia daquilo que são as suas competências, mas de facto existe uma necessidade tout court do Estado investir em habitação social no município de Aveiro e essa situação de facto nós acompanhamos e votámos favoravelmente nesse sentido.

De resto a expressão de "saudação ao governo" na nossa opinião não é a mais feliz, na exacta medida em que há direitos que se concretizam e não se saúdam a participação. De qualquer forma o que era importante era salvaguardar o valor essencial desta Moção que era a defesa do direito à habitação.

Vogal Francisco Picado (PS)

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção seja a sua declaração de voto."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção seja a sua declaração de voto."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁵² não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Junho de 2021.

Eram 00:15 horas do dia 06 de Julho de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)